

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Lucas Reif da Costa

DISTOPIAS TOTALITÁRIAS: VIGILÂNCIA E AUTORITARISMO

Porto Alegre

2018

Lucas Reif da Costa

DISTOPIAS TOTALITÁRIAS: VIGILÂNCIA E AUTORITARISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Caleb Faria Alves

Porto Alegre

2018

Lucas Reif da Costa

DISTOPIAS TOTALITÁRIAS: VIGILÂNCIA E AUTORITARISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Caleb Faria Alves

Aprovado em: ____ de _____ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Caleb Faria Alves (Orientador)

Prof. Dr. Enio Passiani (Examinador)

Prof. Me. Julio Souto Salom (Examinador)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Sergei Ignácio Assis da Costa e Cecília Reif da Costa, e à minha namorada, Marcella Perez Franchi, por terem sempre me apoiado durante toda a trajetória.

Também agradeço ao professor Caleb Alves pela orientação não só durante este projeto, mas também durante todo o curso.

E, finalmente, a todos aqueles e aquelas que, independente da época em que viveram ou da forma que contribuíram, lutaram a favor da liberdade.

Resumo

Este trabalho tem como origem a análise de duas obras literárias, *1984*, de George Orwell e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. Tratando-as como manifestações político-literárias, a pesquisa utiliza os conceitos e a formulação das sociedades nas duas distopias para fazer uma reflexão sobre os fatos que levaram ambos autores a construir esses conceitos, bem como a influência que as obras exerceram sobre a ciência e a sociedade atuais. Às duas obras ficcionais, somam-se *Origens do Totalitarismo*, de Hannah Arendt, *Estado de Exceção*, de Giorgio Agamben e *Sem Lugar Para se Esconder*, de Glenn Greenwald. Os dois primeiros são utilizados como base factual para a construção das sociedades enquanto o último, que conta a trajetória de Edward Snowden para divulgar documentos ultrassecretos da NSA (Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos), contribui para a análise das reais capacidades de vigilância existentes hoje. Os principais temas abordados para a construção da pesquisa são a vigilância, a pretensão de controle dos cidadãos por parte do Estado e a oposição entre liberdade e autoridade. Sustentado por esses três pilares, e apoiado na narrativa das duas distopias, o trabalho busca compreender os fatores de dominação que levam a um potencial totalitarismo, ao mesmo tempo que pretende evidenciar como conceitos formulados dentro de obras ficcionais podem influenciar a discussão política e social, além de trilhar caminhos para a evolução da ciência.

Palavras-chave: literatura; distopia; vigilância; totalitarismo; autoridade; liberdade.

Abstract

This research has as its origin the analysis of two literary novels, 1984, by George Orwell and Brave New World, by Aldous Huxley. By treating them as political-literary manifestations, the research uses the concepts and the formulation of societies in the two dystopias to reflect on the facts that led both authors to construct these concepts, as well as the influence that they have exerted on science and society. To the two fictional books, are added The Origins of Totalitarianism, by Hannah Arendt, State of Exception, by Giorgio Agamben and No Place to Hide, by Glenn Greenwald. The first two are used as a factual basis for building societies while the latter, which tells the story of Edward Snowden's path to the release of ultra-secret documents from the NSA, contributes to the analysis of the existing surveillance capabilities today. The main topics covered for the construction of the research are the surveillance, the pretension of control of the citizens by the state and the opposition between freedom and authority. Sustained by these three pillars, and based on the narrative of the two dystopias, the research seeks to understand the factors of domination that lead to a potential totalitarianism, at the same time as it tries to show how concepts formulated within fictional books can influence the political and social discussion, as well as to guide the evolution of science.

Keywords: literature; dystopia; surveillance; totalitarianism; authority; freedom.

Sumário

| | |
|--------------------------------------|----|
| 1. Introdução | 8 |
| 2. Contexto Ideológico | 10 |
| 3. A Questão Político-Literária..... | 14 |
| 4. Liberdade x Autoridade..... | 19 |
| 5. Vigilância..... | 23 |
| 6. Admirável Mundo Novo..... | 31 |
| 7. 1984..... | 44 |
| 8. Conclusão | 56 |
| 9. Referências | 59 |

1. Introdução

Essa pesquisa nasce de uma reflexão sobre os temores e visões de mundo de dois autores literários que produziram obras com a intenção de construir uma sociedade ficcional, em que a história se passa em um momento futuro, porém refletindo os caminhos para os quais acreditavam que o mundo estaria se direcionando. O primeiro é Aldous Huxley, que em 1932 publicou pela primeira vez seu *Admirável Mundo Novo*, no qual demonstra sua ideia de sociedade em 2540. O segundo, George Orwell, publicou *1984* em 1949, no qual buscava demonstrar sua visão de futuro para o ano-título de seu livro. Em ambas obras podemos ver que os autores demonstraram as situações pelas quais estavam sendo submetidos, além de projeções e avisos do que poderia estar por vir à humanidade, na forma com que construíram as suas organizações sociais hipotéticas. Os conceitos que encontramos nas duas obras ficcionais serviram como inspiração para diversos avanços na ciência e no pensamento político, demonstrando que obras de ficção possuem capacidade de fundamentar teorias do mundo real.

Durante os anos que marcam o período entre o começo da Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda Guerra, as sociedades da humanidade, em especial na Europa, sofreram grandes mudanças estruturais e políticas. Antes baseada nos domínios dos Estados-Nação, a situação política mundial se transformou até que fosse possível o surgimento de dois Estados totalitários (Alemanha nazista e Rússia bolchevique) nos quais, pela primeira vez na história recente, fomos capazes de presenciar uma forma de governo que implementasse a política de terror e de domínio total.

Em termos históricos, existem diversos fatores que, somados, permitem reconstituir o caminho percorrido até a conquista do poder por governos totalitários. Tensão política, problemas econômicos, questões identitárias e raciais, disputas territoriais. Todas essas fazem parte da teia de eventos necessária para a concretização de um movimento de massas em governo totalitário, e por diversas vezes esquecemos das causas que nos levaram aos tempos trágicos do totalitarismo.

Frequentemente, em tempos governados por regimes de exceção, a população tem seus direitos à liberdade de expressão limitados. Em situações como

essa, os movimentos artísticos tendem a produzir suas obras com mensagens disfarçadas dentro de seu conteúdo.

Tendo em vista que, especialmente na Europa e no Oriente Médio, o mundo está passando novamente por uma fase de transformações sociais e constante crescimento de tensões identitárias, políticas e territoriais, se apresenta a oportunidade de um estudo que nos possibilite repassar os passos do surgimento de um sistema no qual não queremos viver novamente. Com base na contribuição de autores que presenciaram os tempos totalitários e nas projeções e avisos feitos por eles, é possível não só traçar um perfil e construção histórica, como fazer comparações com os sinais que recebemos nos dias de hoje para as transformações sociais que estão acontecendo, buscando impedir que a sociedade seja novamente levada para caminhos favoráveis ao totalitarismo.

Somado às obras literárias *Admirável Mundo Novo* e *1984*, com a intenção servir como base histórica e factual sobre a criação dos sistemas totalitários, pretendo utilizar o livro *Origens do Totalitarismo*, escrito por Hannah Arendt, inicialmente publicado em 1951, mas com sua última edição publicada em 1967. Essa obra vai acrescentar fatos históricos, políticos e sociais da época, como forma de guiar a discussão e demonstrar, em termos reais, de onde os autores buscaram inspirações para a construção das sociedades que propuseram.

Além desses três livros, e especialmente pelo motivo de que foram todos publicados há pelo menos meio século, será analisada também uma obra publicada mais recentemente. O *Estado de Exceção*, de Giorgio Agamben, originalmente publicado em 2003, é adicionado à obra de Hannah Arendt como uma visão histórica mais moderna. Nele, poderemos encontrar interpretações mais atualizadas sobre os fatos.

Em virtude das denúncias ocorridas sobre a manipulação e intervenção da tecnologia e da vigilância em eleições presidenciais, principalmente na eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, mas também em decorrência de recentes acontecimentos semelhantes nas eleições de 2018 no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro, será também analisado o livro *Sem Lugar para se Esconder*, de Glenn Greenwald, que relata os vazamentos de documentos ultrassecretos da NSA feitos pelo ex-funcionário da agência e da CIA, Edward

Snowden. Greenwald, que foi o responsável por levar à imprensa os documentos vazados por Snowden, narra em seu livro a trajetória de ambos para possibilitarem que informações sobre a vigilância estatal indiscriminada fosse à público, além de mostrar detalhadamente como age a NSA em sua vigilância, qual a dimensão de seus poderes e para quais finalidades essa vigilância é aplicada.

Pretendo, portanto, realizar uma análise documental e comparativa sobre as duas obras ficcionais acima citadas, utilizando como referencial teórico e base histórica as outras três obras, não-ficcionais, também citadas acima. Essa análise tem o objetivo de traçar um padrão de atitudes potencialmente totalitárias, a partir dos temores de dois autores, e demonstrar qual a fundamentação teórica e histórica desses temores, de modo que se torne mais fácil de identificar situações no presente que tenham potencial para nos levar novamente na direção do totalitarismo. Também pretendo analisar a influência que as manifestações político-literárias de Orwell e Huxley exerceram sobre a sociedade, bem como sobre as análises políticas e sociais que seguiram às suas obras, evidenciando o fato de que um texto ficcional pode ser também interpretado como conteúdo político. Além disso, essa pesquisa pretende desmistificar a contribuição dos autores como mera previsão intuitiva, explorando as organizações sociais pensadas para as duas obras, bem como o desenvolvimento da trama, para daquele contexto retirar os conceitos completos.

2. Contexto Ideológico

Para que seja possível uma análise do caráter político no conteúdo ficcional de Orwell e Huxley, é necessário que seja levado em conta o histórico de cada um dos autores. As experiências de cada um foram essenciais para a formulação das sociedades que construíram, por serem um reflexo da visão de mundo de ambos.

Aldous Huxley nasceu em 1894 na cidade de Godalming, Inglaterra. Neto do biólogo darwinista Thomas Henry Huxley, conhecido por ser o principal defensor público da Teoria da Evolução, e membro de uma família da classe dominante inglesa com vastas ramificações dentro da elite intelectual da época, Huxley estudou em boas instituições, como o Eton College, porém teve um problema de visão com dezesseis anos que o obrigou a largar os estudos. Mais tarde, recuperado, se formou em Oxford.

Em 1921 publica seu primeiro livro, *Crime Yellow*, e em seguida decide fazer viagens para manter contato com a elite intelectual, e durante os anos 20 e início dos anos 30 vive na Itália de Mussolini, e na França, onde em 1931 escreve o *Admirável Mundo Novo*, publicado em 1932. Em 1937 muda-se para Los Angeles, onde fica até a data da sua morte, em 1963, e começa a trabalhar para a indústria cinematográfica de Hollywood.

Em relação aos conceitos ideológicos de Huxley, também existem alguns pontos importantes a serem considerados. De acordo com alguns relatos, incluindo uma carta que foi transcrita por sua mulher em relação à sua morte, intitulada *The Most Beautiful Death* - “A Morte mais Linda”, em tradução livre – Huxley era um entusiasta do uso responsável de drogas alucinógenas, especialmente o LSD – que sua mulher descreve na carta como sendo uma droga utilizada no tratamento de sua doença, com supervisão médica, inclusive no dia de sua morte - e a mescalina - que o autor relata suas experiências no livro *As Portas da Percepção*, de 1954. Esse recorte é relevante para entender a conexão de Huxley com um dos principais conceitos de seu *Admirável Mundo Novo*, a utilização do *soma*, droga utilizada para manter a população feliz.

Outra ideia que o autor leva de sua vida para a obra são seus conceitos de liberdade. No prefácio do *Admirável Mundo Novo* já ficam explícitos os pensamentos em favor da liberdade e em detrimento do Estado que ligam o autor indiretamente à ideologia anarquista. Conforme Huxley: “Só um movimento popular em grande escala pelas descentralização e iniciativa local poderá deter a atual tendência para o estatismo.” (Huxley, 2014; p. 14). Com essa afirmação, aparecem os primeiros indícios de que a sociedade retratada no livro é uma crítica ao domínio estatal, que se reafirma em seguida, quando o autor explicita seu conceito de domínio eficiente: “Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão” (Huxley, 2014; p. 14).

O terceiro pilar em que a ideologia de Huxley sustenta a formação da sociedade hipotética de *Admirável Mundo Novo* é a busca pela felicidade. Como define Huxley:

Os mais importantes Projeto Manhattan do futuro serão vastas pesquisas, sob patrocínio governamental, em torno do que os políticos e os cientistas participantes chamarão “o problema da felicidade” - em outras palavras, o problema de fazer com que as pessoas amem sua servidão (Huxley, 2014; p. 15).

Com essa afirmação, Huxley fecha o aparato ideológico que essa pesquisa irá utilizar para fundamentar a sociedade planejada por ele em sua obra. O autor une a crítica ao estatismo, a crença de que a felicidade em massa pode ser utilizada como forma de controle assim como o terror foi utilizado por governos anteriores, e suas convicções de que drogas alucinógenas pudessem ter efeito medicinal sobre quem as utiliza, à sua bagagem de vida, para assim conceber uma sociedade distópica.

Em consequência de sua educação nas mais altas instituições e seu convívio com a elite intelectual da época nos países em que viveu, Aldous Huxley construiu sua visão de mundo em uma íntima relação com avanços tecnológicos e a perspectiva de uma sociedade plenamente industrializada que pudesse finalmente proporcionar igualdade de condições. Sua conexão com a tecnologia fica mais aparente ainda quando, após lançar o *Admirável Mundo Novo*, ele passa a trabalhar na indústria cinematográfica de Hollywood, conhecida por ser uma vanguarda tecnológica. Por esse motivo, ao escrever uma distopia, o autor constrói um reflexo do seu contexto, ao mesmo tempo fazendo uma reflexão para os perigos que esses avanços podem oferecer. Sendo assim, a sociedade do *Admirável Mundo Novo* é uma distopia tecnológica, que Huxley define como

“(…) um totalitarismo supranacional suscitado pelo caos social resultante do processo tecnológico, e em particular da energia atômica, totalitarismo esse que se transformará, ante a necessidade de eficiência e estabilidade, na tirania assistencial da Utopia” (Huxley, 2014; p. 18).

George Orwell, por sua vez, nasceu em 1903, na Índia Britânica, com nome de Eric Arthur Blair. Blair só começou a utilizar o nome de George Orwell em 1933, quando publica seu primeiro livro, “*Na Pior em Paris e Londres*”. Eric viveu sua juventude na Inglaterra, filho de um oficial britânico a serviço da Coroa com a filha de um comerciante, cresceu nos padrões da classe média-baixa e estudou em um internato preparatório, em seguida conseguindo uma bolsa de estudo no Eton College, onde Huxley também havia estudado durante um tempo, e que, como pode

ser observado na matéria on-line da revista Galileu, “[Era] a mais cara e esnobe das Public Schools da Inglaterra”, descreveu Orwell no prefácio à edição ucraniana de *A Revolução dos Bichos*”. No contexto inglês, as *Public Schools* são escolas privadas. Assim que termina a escola, ele opta por não seguir para a universidade e sim na carreira militar, como era tradição em sua família, servindo na Polícia Imperial da Índia de 1922 a 1927, quando se aposenta e decide virar escritor. A saída de Orwell da Polícia vem acompanhada de uma carga ideológica, pois o autor estava decepcionado com a política de imperialismo britânico. Algumas de suas experiências são retratadas no livro *Dias na Birmânia*, de 1934. Após sua saída da Polícia, Orwell vive na França e na Inglaterra, onde convive com a classe à qual depois vai se referir em seu livro como “proletas”, passando dificuldades financeiras, retratadas em seu primeiro ensaio publicado, em 1929, chamado *The Spike*. Em 1936 se junta ao POUM (Partido Operário da Unificação Marxista) para lutar a Guerra Civil Espanhola contra as forças de Franco e seus aliados, Hitler e Mussolini.

Essa experiência na Guerra Civil Espanhola é um ponto de virada na vida de Orwell e serve de inspiração para *1984*. Lá, Orwell combateu juntamente com os marxistas, e ao lado dos anarquistas e comunistas, contra as forças totalitárias que buscavam dominar a Europa. No entanto, como relata em seu livro *Homenage to Catalonia* (1938), em português *Lutando na Espanha*, os acontecimentos da guerra fizeram com que a luta contra Franco ficasse em segundo plano, com os anarquistas e os comunistas disputando quem ficaria com o poder no caso de vitória. Entre outros, esse é um dos motivos pelo qual Orwell se decepciona com os comunistas, os quais acusa de sabotarem a luta anarquista em busca de poder, e possivelmente daí que retira sua crítica ao comunismo tão explícita em *1984*. É na Guerra Civil Espanhola também que Orwell conhece Andrés Nin Pérez, ministro da Justiça da *Generalitat*, sistema de organização política de autogoverno da Catalunha, que supostamente foi inspiração, juntamente com Trotsky, para o “inimigo” de seu livro, Emmanuel Goldstein.

Após sair do POUM, Orwell, que desejava continuar lutando pela revolução, expressa, no livro *Lutando na Espanha*, que, após sua decepção com os acontecimentos na Guerra Civil Espanhola, estava inclinado a se aproximar do movimento anarquista: “Por minha preferência puramente pessoal, teria gostado de estar com os anarquistas.” (Orwell, 2009; p. 73). Essa posição se deve às convicções

de Orwell favorável às lutas sociais, mas principalmente à sua constante luta contra o totalitarismo, que acreditava estar tomando conta das fileiras comunistas.

Quando jovem, em Eton, Orwell foi aluno de Aldous Huxley, para quem enviou uma edição de seu *1984* assim que publicou. Huxley respondeu com uma carta congratulando o aluno pelo livro que considera “bom e profundamente importante” (Huxley, 1949), mesmo que faça ressalva aos métodos de dominação escolhidos e considere que os métodos do *Admirável Mundo Novo* sejam mais viáveis. Provavelmente influenciado por Huxley, e também pelo *Nós* de Zamiátin, que segundo George Steiner no ensaio *Matando Tempo* (1983) é origem da maioria das situações propostas em *1984*, Orwell influenciou outro grande escritor, Anthony Burgess, autor de *Laranja Mecânica*, que em seu livro *99 novels* coloca *1984* como uma das cinco principais distopias modernas.

Colocadas essas questões pessoais e ideológicas dos dois autores, temos a base para o pensamento crítico de suas obras. Por sua proximidade com as elites intelectuais e, portanto, acesso às melhores tecnologias disponíveis na época, bem como por seu envolvimento profundo com a cultura de consumo responsável de drogas alucinógenas, Huxley utiliza de seu caminho para construir uma sociedade de excessos, pautada pela “ditadura da felicidade”. Por outro lado, Orwell, com sua vivência na guerra e em longos períodos de escassez, trouxe sua experiência pessoal para o *1984*, criando uma sociedade reprimida à base da força e coerção.

3. A Questão Político-Literária

O próximo ponto a ser explicado nessa pesquisa é o motivo pelo qual foram escolhidas duas obras de ficção literária (*Admirável Mundo Novo* e *1984*) para a formulação de um trabalho científico. Parte-se do princípio de que, por não conter fatos, uma obra ficcional não teria conteúdo histórico significativo a ponto de servir de base teórica para um estudo acadêmico. Porém, se colocado em foco o histórico pessoal dos autores, as mensagens de suas obras e a formulação das sociedades contidas em seus livros, pode-se chegar à conclusão de que, na verdade, essas obras funcionam como expressões político-literárias de Huxley e Orwell. O último, por sinal,

coloca sua posição em dois trechos contidos no posfácio de *1984* feito por Thomas Pynchon, em 2003. O primeiro, na página 396:

Num ensaio datado do verão de 1964, “Why I Write” [“Por que eu escrevo”], ele recordou que “*A Revolução dos Bichos* foi o primeiro livro em que tentei, com plena consciência do que estava fazendo, fundir intenção política e intenção artística num todo. Não escrevo um livro há sete anos, mas espero escrever outro em breve.”. Logo depois estava trabalhando em *1984* (Pynchon; 2009; p. 396).

Na página seguinte, Pynchon coloca outra citação de Orwell:

“A guerra espanhola e outros eventos de 1936-37 (...) fizeram a balança pender, e depois disso eu sabia onde estava. Cada linha de trabalho sério que redigi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, *contra* o totalitarismo e *a favor* do socialismo democrático, tal como o conheço.” (Pynchon; 2009, p. 397).

Podemos observar, portanto, que o caráter político de George Orwell em suas obras é componente essencial. O autor faz uma analogia ficcional sobre uma possível sociedade futura que serve como aviso e prevenção para os caminhos que a sociedade, pela qual lutava Orwell, estava se direcionando. Através dessa análise, podemos perceber que o tema central dos temores de Orwell se dá no campo ideológico. O autor, que se declara a favor do socialismo democrático, e em dado momento da Guerra Civil Espanhola também se identifica com os princípios anarquistas, coloca como Partido dominante de sua trama um grupo que atende à ideologia do Socing (Socialismo Inglês). O que pode parecer uma contradição ideológica exprime mais uma vez o caráter político da obra de Orwell, como explica Pynchon na página 397:

Mais ou menos de forma consciente, fez uma analogia entre o Partido Trabalhista e o Partido Comunista sob o domínio de Stalin, os quais, sentia, eram movimentos que professavam a luta de classes trabalhistas contra o capitalismo, mas que na verdade estavam preocupados apenas em estabelecer e perpetuar seu próprio poder (Pynchon; 2009; p. 397).

O autor também utiliza um artifício interessante para seu conteúdo político mais denso dentro da narrativa. Orwell cria uma espécie de hiato na ficção dentro do livro quando faz o personagem principal, Winston Smith, ler o livro “TEORIA E PRÁTICA DO COLETIVISMO OLIGÁRQUICO, de Emmanuel Goldstein” (Orwell, 2009; p. 219). Goldstein é o principal alvo de ódio do Partido que governa a Oceânia, uma das três superpotências que dominam o mundo de *1984*, e onde vive o protagonista, na cidade de Londres. O livro é descrito no senso comum da sociedade oceânica como “um livro terrível, um compêndio de todas as heresias, do qual

Goldstein era o autor e que circulava clandestinamente aqui e ali. Um livro sem título. Quando queriam se referir a ele, as pessoas diziam apenas o *livro*” (Orwell, 2009; p. 24), e servia de base ideológica para “uma rede clandestina de conspiradores dedicados à derrubada do Estado. A Confraria, esse era seu suposto nome” (Orwell, 2009; p. 24). Dentro do livro de Goldstein é que Orwell elabora seus conceitos mais completos, pois se utiliza da possibilidade de fazer um texto em formato científico dentro de uma obra de ficção.

A denominação de Socing para o sistema de governo do Partido de 1984 é uma referência ao sentimento de Orwell perante os perigos que a esquerda, da qual ele se considerava um membro dissidente, oferecia para o futuro do mundo. Nas palavras de Orwell, o inimigo do Partido, Emmanuel Goldstein, “defendia a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião a liberdade de pensamento, gritava histericamente que a revolução fora traída” (Orwell, 2009; p. 23). Na sua distopia, portanto, Orwell imagina um estado totalitário que se utiliza das bases do socialismo, porém com prática distorcida a um ponto de que, como o próprio escreve, “em cada variante do socialismo surgida a partir de cerca de 1900, o objetivo de instalar a liberdade e a igualdade foi sendo abandonado cada vez mais abertamente” (Orwell, 2009; p. 240), e também demonstra em outro ponto do livro de Goldstein:

“A ideologia oficial está impregnada de contradições, mesmo quando não há nenhuma justificativa prática para elas. Assim, o Partido rejeita e avilta cada um dos princípios originalmente defendidos pelo movimento socialista, e trata de fazê-lo em nome do mesmo socialismo” (Orwell, 2009; p. 254).

Temos, portanto, um sistema totalitário que se utiliza dos conceitos do socialismo, mas pratica uma intensa distorção desses valores para servirem a seus próprios interesses, se afastando da doutrina original em busca da manutenção do poder. Isso pode ser confirmado com uma frase de O’Brien, personagem que Orwell utiliza para representar a parte mais agressiva de seu conteúdo político. “O Partido deseja o poder exclusivamente em benefício próprio. Não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, poder puro” (Orwell, 2009; p. 307-308).

O principal inimigo desse sistema é, como visto acima, um defensor das liberdades. Essa relação ideológica pode ser analisada com mais cuidado através do livro *Lutando na Espanha*, em que Orwell conta que “Na realidade, eram os comunistas, acima de quaisquer outros, quem impediam a revolução na Espanha” (Orwell, 2012; p. 36). A Revolução na Espanha tinha como linha de frente os anarquistas, como podemos ver nessa citação de Orwell: “Os anarquistas continuavam detentores do controle virtual da Catalunha, e a revolução prosseguia renhida” (Orwell, 2012; p. 3). É possível dizer, portanto, que Orwell espelhou o sistema de governo de sua distopia em uma provável vitória comunista na guerra, colocando os anarquistas e principais defensores das liberdades como os grandes opositores.

Por outro lado, se analisarmos o prefácio do *Admirável Mundo Novo*, feito pelo próprio Aldous Huxley, também conseguiremos encontrar discursos e motivações políticas por trás de sua obra. O problema central de Huxley gira em torno do desenvolvimento industrial e tecnológico, que estava acelerado na época que foi escrito o livro. Esse é, portanto, o foco de sua obra e é através dessas novas possibilidades que Huxley expressa seus temores. O caráter político, no entanto, está presente na formulação de um Estado controlador, na figura dos Administradores, inspirado nos Estados Totalitários, como o autor demonstra no prefácio de seu livro:

Nos últimos trinta anos, não tem havido conservadores, apenas radicais nacionalistas da direita e radicais nacionalistas da esquerda. (...) Os radicais nacionalistas impuseram sua vontade, com as consequências que todos conhecemos – bolchevismo, fascismo, inflação, depressão, Hitler, Segunda Guerra Mundial, ruína da Europa e fome quase universal (Huxley, 2014; p.13).

A partir disso, Huxley projeta próximos passos da sociedade, ainda na mesma página:

Supondo, que, pois, seremos capazes de aprender tão bem com Hiroshima como nossos antepassados aprenderam com Magdeburgo, podemos esperar um período não de paz, na verdade, mas sim de guerra limitada e apenas parcialmente destrutiva. Durante esse período, pode-se presumir que a energia nuclear será utilizada para fins industriais. O resultado, como é bastante óbvio, será uma série de mudanças econômicas e sociais sem precedentes na sua rapidez e totalidade. Todos os padrões de vida humana existentes serão rompidos, e terão de ser improvisados novos padrões em conformidade com o fato não humano da força atômica (Huxley, 2014; p.13).

Huxley, portanto, apesar de não tornar explícita sua orientação ideológica, pelo menos deixa evidente contra quais posições se coloca. Ao pensar sua sociedade, o autor coloca nela características das formas de governo com as quais não concorda e considera prejudiciais para o desenvolvimento da humanidade, e mistura com seus temores sobre o desenvolvimento tecnológico e como ele vai ser utilizado por aquelas pessoas que detêm o poder sobre a sociedade.

Diferentemente de Orwell, que lutou a Guerra Civil Espanhola contra as forças de Franco, Huxley não fez da atividade política parte integrante de sua trajetória pessoal. Por esse motivo, sua obra não tem um direcionamento específico a uma ideologia com a qual não concorda, ou no caso de Orwell, ao fato de uma ideologia no qual concorda estar sendo desvirtuada para fins com os quais não compartilha. Podemos considerar que o cunho político de *Admirável Mundo Novo* é menos sobre ideologias e mais sobre liberdade, portanto, direcionado aos simpatizantes de qualquer ideologia. Huxley projeta, ao contrário de Orwell, uma diminuição do estado de guerra no mundo, e um acréscimo considerável de opções de consumo, centralizando a questão da alienação, ao invés do medo e escassez, na felicidade e excesso. Observando por essa ótica, se o aviso de George Orwell pode ser considerado direcionado à esquerda, na qual se coloca como membro, e como ela está evoluindo, o aviso de Aldous Huxley pode ser destinado à sociedade do consumo, do excedente e do descartável, a qual acreditava estar presenciando o surgimento.

Segundo matéria on-line da *Revista Galileu*, após as revelações de Edward Snowden, em 2013, sobre a vigilância da NSA, as vendas nos Estados Unidos de *1984* subiram 6.888%, levando o livro da 12.859ª posição no ranking dos mais vendidos para a 184ª. Em janeiro de 2017, com a posse do presidente Donald Trump, o livro teve um aumento de 10.000% nas vendas e chegou ao topo dos mais vendidos da Amazon. Esse crescimento mostra a atualidade da crítica contida no texto e sua conotação política, que a cada novo escândalo de vigilância ou movimento político autoritário ganhando força, volta à cena com mais intensidade.

Segundo um artigo de Alessandro M. Medeiros para o site *Sabedoria Política*: “Sob vários aspectos podemos pensar a literatura como um instrumento da política, um instrumento que utiliza os meios de comunicação para produzir resultados

políticos e sociais” (Medeiros; 2017). No mesmo artigo, escreve que um “exemplo onde é visível perceber a relação entre Literatura e Política é na obra de Graciliano Ramos, marcada por forte inserção nos contextos sociopolíticos e econômicos, pela solidariedade com os oprimidos e pelo compromisso com o ideal da emancipação humana” (Medeiros; 2017). Por fim, considera que “podemos dizer que a Arte, bem entendida, serve de instrumento para a emancipação humana: sonhos e desejos ganham asas e podem ser saciados com a criação literária” (Medeiros; 2017). De acordo com Medeiros e concordando com o que fora proposto aqui anteriormente, tanto Aldous Huxley quanto George Orwell utilizam-se da literatura para exprimir um pensamento político que, de outra forma, não teria sustentação teórica suficiente para ser aceito em grande escala. Através da licença poética, os autores expressam livremente a imaginação em seu texto, sem a necessidade de se aterem a fatos históricos. Os livros tornam-se, assim, expressões políticas puramente ideológicas, com a intenção de fazer um alerta às futuras gerações para o que os autores consideravam atitudes potencialmente perigosas, como confirma Ben Pimlott, no segundo posfácio de 1984: “Disfarçado de ficção de horror cômica, 1984 é na verdade um ensaio de não ficção sobre o poder maligno” (Pimlott, 2009; p. 385).

4. Liberdade x Autoridade

A partir de uma análise sobre o Senado Romano, comenta Giorgio Agamben:

Por um instante, a *auctoritas* revela aqui sua essência: o poder, que pode “conferir a legitimidade” e, ao mesmo tempo, suspender o direito, mostra seu caráter mais específico no momento de sua ineficiência jurídica máxima. Ela é o que resta do direito se ele for inteiramente suspenso (Agamben, 2004; p. 123).

Partindo do conceito de Estado de Exceção de Agamben, que se apresenta como “(...) a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento (...)” (Agamben, 2004; p, 48) ou como “(...) um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (...)” (Agamben, 2004; p. 13) que contém, inclusive como Agamben mostra no art. 48 da Constituição de Weimar, poderes para “(...) suspender total ou parcialmente os direitos fundamentais (...)” (Agamben, 2004; p. 28), o Estado de Exceção nada mais é do que a suspensão, temporária ou permanente, dos direitos fundamentais e das

instituições de governo, conferindo o poder à parcela da população que carrega consigo a autoridade inata, ou *auctoritas*, no conceito do autor. Com as leis e os direitos suspensos, resta aos detentores da autoridade utilizarem-na para exercer seu poder. É possível enxergar o Estado de Exceção, então, como a atitude de provocar a suspensão das leis para poder exercer de forma plena sua autoridade. É exatamente contra essa autoridade que Orwell e Huxley travam suas lutas. Também com o pensamento de que a liberdade é a pauta essencial das causas sociais, aparece a ideia de Hannah Arendt de que:

A uniforme perseguição movida contra qualquer forma de atividade intelectual pelos novos líderes da massa deve-se a algo mais que o seu natural ressentimento contra tudo o que não podem compreender. O domínio total não permite a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que não seja inteiramente previsível (Arendt, 2013; p. 473).

Aldous Huxley descreve o domínio total de seu Estado através de uma frase do Diretor de Incubação enquanto descreve o processo de condicionamento a futuros alunos:

Até que, finalmente, o espírito da criança *seja* essas coisas sugeridas, e que a soma dessas sugestões *seja* o espírito da criança. E não somente o espírito da criança. Mas também o adulto, para toda a vida. O espírito que julga, e deseja, e decide, constituído por essas coisas sugeridas. Mas todas essas coisas sugeridas são aquelas que nós sugerimos, *nós!* - O Diretor quase gritou, em seu triunfo. - Que o Estado sugere (Huxley, 2014; p. 49).

Através dessa frase Huxley coloca que, em sua sociedade, o Estado controla plenamente todos os cidadãos, desde seu nascimento. Com uma crítica ao controle estatal e conseqüentemente uma manifestação a favor das liberdades individuais, Huxley se junta aos outros autores na consciência de que a real luta que se trava é entre liberdade e autoritarismo.

George Orwell também coloca sua posição a favor da liberdade e contra o autoritarismo na seguinte citação:

Do ponto de vista dos nossos atuais governantes, portanto, os únicos perigos reais são o surgimento de um novo grupo de pessoas capazes,

subempregadas e com fome de poder, e o crescimento do liberalismo e do ceticismo em suas fileiras (Orwell, 2009; p. 245).

Com esse pensamento, Orwell demonstra que o principal inimigo do sistema de governo presente em *1984* é a liberdade, e vê como única opção para enfrentar esse sistema autoritário é que as pessoas cultivem os ideais da liberdade, criando assim uma força contrária ao governo para fazer emergir uma nova forma de pensamento político. Isso fica mais evidente na afirmação: “Os dois objetivos do Partido são: primeiro, conquistar toda a superfície da Terra; segundo, extinguir de uma vez por todas a possibilidade de pensamento independente” Orwell (1949; p. 229).

Voltando a Giorgio Agamben, quando o autor fala sobre Hitler e Mussolini, explica que ambos eram, na verdade, detentores da autoridade muito mais do que governantes, como pode ser visto a seguir:

Para compreender fenômenos modernos como o *Duce* fascista e o *Führer* nazista, é importante não esquecer sua continuidade com o princípio da *auctoritas principis*. Como já observamos nem o *Duce* nem o *Führer* representam magistraturas ou cargos públicos constitucionalmente definidos – ainda que Mussolini e Hitler estivessem investidos, respectivamente, do cargo de chefe de governo e do cargo da chanceler do Reich (Agamben, 2004; p. 127).

Agamben completa, ainda no mesmo parágrafo, que “As qualidades de *Duce* e de *Führer* estão ligadas diretamente à pessoa física e pertencem à tradição biopolítica da *auctoritas* e não à tradição jurídica da *potestas*” (Agamben, 2004, p. 127).

Ainda sobre a questão de liberdade, também cabe citar Edward Snowden, quando fala sobre a descoberta que o fez tomar a iniciativa de revelar os documentos ultrassecretos da NSA, em entrevista concedida para Glenn Greenwald em seu livro *Sem Lugar para se Esconder*:

Percebi que eles estavam criando um sistema cujo objetivo era eliminar toda a privacidade, em nível global. Tornar impossível a qualquer ser humano se comunicar eletronicamente com outro sem que a NSA pudesse coletar, armazenar e analisar a comunicação (Greenwald, 2014; p. 56).

Snowden, com essa informação, coloca que o principal motivo para ele resolver denunciar os abusos da NSA foi ter percebido que a agência de segurança tinha como objetivo eliminar toda a privacidade e, conseqüentemente, a liberdade dos cidadãos norte-americanos. Glenn Greenwald completa a informação de Snowden mais à frente em seu livro:

Considerado em sua totalidade, o acervo de Snowden levava, em última instância, a uma conclusão bem simples: o governo dos Estados Unidos construíra um sistema cujo objetivo é a completa eliminação da privacidade eletrônica no mundo inteiro. Longe de ser uma hipérbole, esse é o objetivo literal e explicitamente declarado do Estado de vigilância: coletar, armazenar, monitorar e analisar todas as comunicações eletrônicas de todas as pessoas ao redor do mundo (Greenwald, 2014; p. 101).

Para em seguida completar: “A agência se dedica a uma única missão maior: evitar que qualquer comunicação eletrônica, por mais ínfima que seja, fuja ao seu alcance sistemático” (Greenwald, 2014; p. 101). Para compreender de forma mais completa a relação que existe entre a privacidade e a liberdade, Glenn Greenwald discorre sobre uma série de questões que conectam a privacidade à liberdade, como podemos ver a seguir:

O fato é que o desejo de privacidade é compartilhado por todos nós como parte essencial, e não secundária, do que significa ser humano. Nós todos compreendemos de forma instintiva que a esfera privada é onde podemos agir, pensar, falar, escrever, experimentar e decidir como ser longe do olhar avaliador dos outros. A privacidade é uma das condições centrais para ser livre (Greenwald, 2014; p. 185).

Greenwald também fala que “(...) o comportamento humano se modifica radicalmente quando se sabe estar sendo observado” (Greenwald, 2014; p. 185); que: “A negação da privacidade tem por efeito uma severa restrição da liberdade de escolha (...)” (Greenwald, 2014; p. 186); que: “(...) se você nunca pode escapar ao olhar atento de uma autoridade suprema, não tem outra escolha senão respeitar os ditames por ela impostos” (Greenwald, 2014; p. 186); e, ainda: “(...) se você acredita que está sendo sempre vigiado e julgado, na realidade não é um indivíduo livre” (Greenwald, 2014; p. 186). Com essa última citação fazendo referência a um estado de vigilância plena, como concebeu George Orwell, portanto: “(...) o efeito esmagador

de ser observado é uma restrição severa das escolhas individuais” (Greenwald, 2014; p. 192). Para completar o raciocínio, Greenwald conclui que:

Todas as autoridades opressoras - políticas, religiosas, sociais, parentais - têm por base essa verdade vital e usam-na como ferramenta importante para impor ortodoxias, forçar o cumprimento das regras e eliminar a dissidência. É de seu interesse transmitir a mensagem de que elas não deixarão de saber nada que seus súditos façam. Muito mais eficaz do que uma força policial, a eliminação da privacidade neutraliza qualquer tentação de se desviar das regras e normas (Greenwald, 2014; p. 186).

Ainda no assunto das extinções de liberdades individuais em prol da capacidade de exercer controle e autoridade que os governos totalitários buscam, cabe um posicionamento de Hannah Arendt sobre a capacidade de dominação que tinham os estados totalitários:

A burocracia totalitária, conhecendo melhor o significado do poder absoluto, interfere com igual brutalidade com o indivíduo e com a sua vida interior. Como resultado dessa radical eficiência, extinguiu-se a espontaneidade dos povos sob o domínio totalitário juntamente com as atividades sociais e políticas, de sorte que a simples esterilidade política, que existia nas burocracias mais antigas, foi seguida de esterilidade total sob o regime totalitário (Arendt, 2013; p. 343).

Em outro momento de seu livro, Arendt conceitua o que para ela é a questão política de maior importância dos tempos atuais, e que com ela se encerra a argumentação desse capítulo:

Assim, o temor dos campos de concentração e o resultante conhecimento do que é o domínio total podem servir para anular todas as obsoletas divergências políticas da direita e da esquerda e introduzir, ao lado e acima delas, a maneira politicamente mais importante de julgar os eventos da nossa época, ou seja: se são úteis ou não ao domínio totalitário (Arendt, 2013; p. 587).

5. Vigilância

A questão da vigilância é um tema central na distopia de Orwell, que pauta seu sistema de governo em uma vigilância constante, onipresente e agressiva. Para efeitos de comparação, a seguir serão evidenciados momentos de *1984* em que a vigilância se torna explícita e, em conjunto, demonstrações a partir de Hannah Arendt sobre como o totalitarismo se utilizou da vigilância nos governos totalitários da Segunda Guerra Mundial, além de informações do livro *Sem Lugar Para se Esconder*, contendo documentos ultrassecretos que Edward Snowden vazou da NSA com auxílio de Glenn Greenwald, mostrando até que ponto o governo dos Estados Unidos pratica a vigilância em massa e quais as consequências disso.

George Orwell e seu *1984* foram mundialmente reconhecidos por seus conceitos sobre a vigilância governamental, inclusive servindo de inspiração para a criação do programa de TV Big Brother, nome utilizado em referência à autoridade suprema da Oceânia, o Grande Irmão. Nesse programa de televisão, realizado pela produtora holandesa Endemol e, em reportagem on-line intitulada “Produzido em mais de 60 países, ‘Big Brother’ já teve até parto dentro da casa: confira”, a *Folha de S. Paulo* mostra em números o sucesso que foi a iniciativa. Nele é recriada a experiência proposta por Orwell em *1984* de ter câmeras e microfones presentes em todos os ambientes captando tudo o que acontece durante 24h por dia.

Logo no início da narrativa, Orwell exprime o sentimento geral de vigilância da nação Oceânica:

Em todos os patamares, diante da porta do elevador, o pôster com o rosto enorme fitava-o na parede. Era uma dessas pinturas realizadas de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move. O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ, dizia o letreiro, embaixo (Orwell, 2009; p. 12).

Já dentro do apartamento do personagem principal, Winston é apresentado pela primeira vez a um dos elementos principais de vigilância do livro, que Orwell inicialmente descreve da seguinte maneira: “O volume do instrumento (chamava-se teletela) podia ser regulado, mas não havia como desligá-lo completamente” (Orwell, 2009; p. 12). Em seguida, o autor desenvolve mais sobre o funcionamento do aparelho:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto

seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico (Orwell, 2009; p. 13).

Ainda sobre o funcionamento do aparelho, Orwell escreve que: “Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com o que fazia não passava de especulação” (Orwell, 2009; p. 13); e completa: “Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse” (Orwell, 2009; p. 13). Com essas informações, Orwell coloca o contexto da sociedade da Oceânia como uma sociedade plenamente vigiada, sendo observada e escutada a qualquer momento que o governo considerasse necessário. Dentro de qualquer ambiente fechado existem as teletelas, responsáveis por fazer essa vigilância. Se trouxermos essa perspectiva para o mundo atual, podemos encontrar evidências, a partir das informações reveladas por Edward Snowden, que esse sistema de vigilância não está muito longe de ser implantado. Como demonstra Glenn Greenwald: “(...) Snowden disse que o governo norte-americano tem a capacidade de ativar celulares remotamente e convertê-los em escutas” (Greenwald, 2014; p. 47), e comprova com um exemplo:

“(...) há anos o governo dos Estados Unidos vem usando essa tática em investigações criminais. Em 2006, um juiz federal responsável por julgar o caso de supostos mafiosos nova-iorquinos decidira que a utilização pelo FBI dos chamados “grampos móveis” - transformar o próprio celular de uma pessoa em aparelho de escuta por ativação remota – era legal” (Greenwald, 2014; p. 47).

Outro conceito inovador de Orwell é o de helicópteros fazendo a vigilância dos moradores de Oceânia, segundo o exemplo a seguir:

Ao longe, um helicóptero, voando baixo sobre os telhados, pairou um instante como uma libélula e voltou a afastar-se a grande velocidade, fazendo uma curva. Era a patrulha policial, bisbilhotando pelas janelas das pessoas (Orwell, 2009; p. 12-13).

Da mesma forma que no exemplo anterior, a tecnologia não se desenvolveu da mesma maneira que Orwell previu, porém, os objetivos foram atingidos utilizando outros meios, conforme conta Snowden “(...) Eu podia assistir em tempo real a

imagens, geradas por drones, de pessoas a quem eles talvez fossem matar. Era possível observar aldeias inteiras e ver o que todo mundo estava fazendo” (Snowden, 2014; p. 52). Assim como na questão da teletela, Orwell imaginou um método de vigilância que, embora não de forma literal, foi seguido pelos governos, especialmente o norte-americano. Com essas duas ideias sobre vigilância e os caminhos que a sociedade tomou em relação a isso, pode-se afirmar que George Orwell foi capaz de antever algumas das potenciais formas de vigilância estatal, propondo a existência delas antes que fossem de fato concebidas.

Seguindo os conceitos de vigilância de *1984*, há também a ideia de que, em um estado de vigilância completa, os vizinhos ou pessoas mais próximas são aquelas que oferecem o real perigo, como escreve Orwell: “(...) o problema era que o maior perigo estava justamente no espião amador” (Orwell, 2009; p. 79). Esse mesmo processo é descrito mais à frente na narrativa, quando Parsons, o exemplo de cidadão de bem dedicado ao partido, como pode ser visto nesse trecho em que é descrito como: “(...) um daqueles burros de carga absolutamente submissos e dedicados de quem dependia, mais até que da Polícia das Ideias, a estabilidade do Partido” (Orwell, 2009; p. 33), é preso pela Polícia das Ideias. Ao descrever o momento de sua prisão para Winston, que ironicamente acontece após o personagem proferir a frase “Abaixo o Grande Irmão” durante o sono, Orwell conta através de Parsons:

“Foi minha filhinha”, disse Parsons com uma espécie de orgulho pesaroso. “Ela ouviu pelo buraco da fechadura. Ouviu o que eu estava dizendo e no dia seguinte falou para a patrulha. Muito esperta, para uma moleca de sete anos, hem? (...)” (Orwell, 2009; p. 276).

Com essas colocações, Orwell constata que, em sua sociedade ficcional, a vigilância é implementada de forma tão intensa que os familiares, bem como as pessoas mais próximas, acabam se tornando agentes voluntários da vigilância estatal, sendo inclusive mais perigosos que as próprias forças oficiais. Em relação aos governos totalitários que vimos ao decorrer da Segunda Guerra Mundial, Hannah Arendt nos dá uma perspectiva parecida: “Agora todos estavam contra todos, e, mais ainda, contra os seus vizinhos mais próximos” (Arendt, 2013; p. 371). Falando sobre o processo de transformação de cidadãos em espiões voluntários, Arendt escreve:

O primeiro estágio, de desencavar os inimigos secretos e caçar os antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda

a população em organizações de vanguarda e a reeducação dos velhos membros do partido para serviços voluntários de espionagem, de sorte que os escalões especialmente treinados da polícia não precisam se preocupar com as duvidosas simpatias dos simpatizantes arregimentados (Arendt, 2013; p. 562).

Arendt conclui, em seguida, que: “É durante esse estágio que um vizinho gradualmente se torna mais perigoso para os que nutrem “pensamentos perigosos” que os agentes policiais oficialmente nomeados” (Arendt, 2013; p. 562). Com essas afirmações, conseguimos encontrar uma relação entre as proposições de Orwell com os fatos que realmente ocorriam nos governos totalitários, sendo assim possível afirmar que as atuações de vigilantes voluntários na Segunda Guerra serviram de inspiração para que, em 1984, se tornasse possível imaginar que esse seria o padrão de comportamento no futuro.

Outro ponto interessante a ser considerado na questão de vigilância em 1984 é a questão de as correspondências serem sistematicamente abertas e analisadas pelo governo, como Orwell escreveu: “Quanto a mandar uma carta utilizando o serviço dos correios, fora de questão. Devido a uma rotina que nem chegava a ser secreta, todas as cartas em trânsito eram abertas.” (Arendt, 2013; p. 134). Quanto a isso, podemos fazer algumas referências ao que revela Edward Snowden, por meio de Glenn Greenwald, como por exemplo:

Bilhões de pessoas no mundo inteiro – em nações de todos os continentes – usam o Facebook, o Gmail, o Skype e o Yahoo! como principal meio de comunicação. Saber que essas empresas tinham feito acordos secretos com a NSA para dar acesso às comunicações de seus clientes foi um choque de dimensão mundial (Greenwald, 2014; p. 84-85).

Como conta Glenn Greenwald: “(...) apesar de todos os desmentidos do governo, a NSA não tem nenhuma restrição significativa em relação a quem pode vigiar e como” (Greenwald, 2014; p. 139). E sobre o tipo de informações que a NSA coleta, Greenwald escreve:

Em termos bastante genéricos, a NSA coleta dois tipos de informação: conteúdo e metadados. “Conteúdo”, nesta acepção, significa escutar de fato as chamadas telefônicas das pessoas, ler seus e-mails e chats, bem como ter acesso às suas ações na internet, como históricos de

navegação e atividades de busca. A coleta de “metadados”, por sua vez, envolve colher dados sobre essas comunicações (Greenwald, 2014; p. 139).

Snowden também conta que existe um programa específico de vigilância através do qual o governo consegue ter acesso a informações detalhadas sobre os alvos e especifica quais as suas capacidades, como podemos ver na afirmação a seguir, de Greenwald:

Um documento preparado para o treinamento de analistas alega que o programa capta “praticamente tudo o que um usuário típico faz na internet”, incluindo o texto contido em e-mails, buscas no Google e o nome dos sites visitados. O X-KEYSCORE proporciona até o monitoramento “em tempo real” das atividades de um indivíduo na internet, permitindo à NSA observar e-mails e atividades de navegação na hora em que acontecem (Greenwald, 2014; p. 162).

Snowden, inclusive, faz uma afirmação “audaciosa”, segundo as palavras de Glenn Greenwald, sobre sua capacidade de acessar informações de qualquer pessoa, em qualquer lugar: “Sentado à minha mesa, eu podia grampear qualquer pessoa, de você ou de seu contador até um juiz federal ou mesmo o presidente; bastava ter um endereço de e-mail pessoal” (Greenwald, 2014; p. 167). Esse procedimento poderia ser realizado através do programa X-KEYSCORE, como mostra em seguida Greenwald: “(...) o X-KEYSCORE permite a um analista fazer exatamente o que Snowden falou: escolher qualquer usuário como alvo de um monitoramento extenso, que inclui a leitura do conteúdo de seus e-mails” (Greenwald, 2014; p. 167).

Greenwald, em outro momento do livro, comenta sobre a importância da vigilância para o controle dos Estados repressivos:

Por medo de estarem sendo observados, os indivíduos resolvem, por conta própria, obedecer. Isso elimina a necessidade de todos os símbolos visíveis de coerção, permitindo o controle de pessoas que equivocadamente se julgam livres.

Por esse motivo, todos os Estados repressivos consideram a vigilância em massa um de seus instrumentos de controle mais importantes (Greenwald, 2014; p. 189).

A afirmação anterior mostra de que forma a vigilância pode ser utilizada para realizar o condicionamento, um dos conceitos centrais da distopia de *Admirável Mundo Novo*, que será desenvolvido no capítulo sobre o livro. O sentimento de que a vigilância pode ser ilimitada já existe há um bom tempo nos Estados Unidos. Greenwald cita o exemplo de um ex-Senador norte-americano que foi convidado de um tradicional programa de entrevistas e notícias da rede NBC, em 1975:

De fato, a principal lição aprendida por Frank Church em 1975 foi o tamanho do perigo representado pela vigilância em massa. Em entrevista concedida ao programa *Meet the Press*, ele afirmou:

A qualquer momento, essa capacidade pode ser voltada contra a população, e a capacidade de monitorar tudo – conversas telefônicas, telegramas, qualquer coisa - é tamanha que nenhum americano teria mais privacidade alguma (Greenwald, 2014; p. 213).

Assim, podemos confirmar que a ideia de vigilância em massa como algo potencialmente perigoso não é novidade. Desde as afirmações de Hannah Arendt sobre os Estados totalitários até a entrevista concedida pelo ex-senador estadunidense conseguimos observar que a vigilância em massa é uma questão central para o estabelecimento de um pleno controle da população. Além dessas afirmações, temos os documentos que Glenn Greenwald publicou, fornecidos por Edward Snowden, que demonstram que o poder de vigilância vem sendo cada vez maior e mais explorado pelos governos modernos.

O último ponto essencial a ser analisado na obra de George Orwell em relação à vigilância é quando ele faz referência à utilização da imprensa e, também, dos cidadãos que são alvos da vigilância estatal. Nesse momento, o autor está utilizando-se do livro de Emmanuel Goldstein, que o possibilita fazer uma análise histórica dentro da ficção:

A invenção da imprensa, contudo, facilitara a tarefa de manipular a opinião pública, e o cinema e o rádio aprofundaram o processo. Com o desenvolvimento da televisão e o avanço técnico que possibilitou a recepção e a transmissão simultâneas por intermédio do mesmo aparelho, a vida privada chegou ao fim (Orwell, 2009; p. 242).

Em relação àqueles que são alvos da vigilância, Orwell escreve que: "(...) pelo menos todos os cidadãos suficientemente importantes para justificar a vigilância

podiam ser mantidos vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia” (Orwell, 2009; p. 243). Sobre esse caso, Glenn Greenwald também pode fornecer uma informação interessante. Nas palavras do autor: “Aos olhos das instituições, “fazer algo errado” abarca muito mais do que atos ilegais, comportamentos violentos e complôs terroristas. Tipicamente, o conceito se estende a qualquer dissidência significativa e qualquer contestação verdadeira” (Greenwald, 2014; p. 195). Essas pessoas, de acordo com Greenwald, incluem: “Martin Luther King, o movimento em prol dos direitos civis, ativistas contrários à guerra, ambientalistas (...)” (Greenwald, 2014; p. 195). Considerando essas informações, é possível concluir que a vigilância serve, em maior parte, para manter a população controlada e impedir que surjam dissidências, mantendo sob observação estatal pessoas ou movimentos que não oferecem nenhum risco à sociedade propriamente dita, mas podem ser potencialmente perigosos ao governo.

Concluindo o capítulo sobre a vigilância, a reflexão que fica é a de que, como foi imaginado por Orwell, nos dias de hoje o Estado já possui capacidade para vigiar qualquer cidadão, de qualquer nacionalidade, no momento em que considerar necessário. Além disso, pode-se perceber que a decisão de qual cidadão deve ser observado de perto ou não é, na maioria das vezes, uma decisão política. Os aparatos de vigilância estatal dos Estados Unidos têm capacidade para, através de uma vigilância completa e detalhada, adquirir informações necessárias para proteger o país de ameaças terroristas, o que é noticiado como principal motivação. O que acontece, porém, é que essa vigilância é implementada de forma indiscriminada, atingindo cidadãos comuns que não possuem relação com qualquer atividade criminal ou ilegal, ou para fazer buscas em casos relacionados a outros tipos de crime, que não aqueles ditos prioritários. Além disso, muitas vezes o governo utiliza suas capacidades para fazer uma vigilância unicamente ideológica de pessoas que podem, através de seu discurso ou posicionamento político, oferecer risco de desestabilizar o *satus quo*. Essa afirmação pode ser confirmada com um dado sobre a quantidade de casos em que é utilizado um sistema de vigilância específico, como demonstra Glenn Greenwald:

A New York Magazine revelou que, de 2006 a 2009, o “espiar e olhar” autorizado pela lei (permissão para cumprir um mandado de busca sem informar de imediato o alvo) foi usado em 1.618 casos

relacionados a drogas, 122 casos ligados a estelionato e apenas 15 envolvendo terrorismo (Greenwald, 2014; p. 212-213).

Sendo assim, verifica-se que o governo norte-americano utiliza sua capacidade de vigilância, aumentada significativamente desde o 11 de Setembro, como mostra Greenwald a seguir: “Após o 11 de Setembro, o Congresso aprovou quase por unanimidade um aumento significativo da vigilância e dos poderes de detenção, convencido pelo argumento de que isso permitiria detectar e impedir futuros atentados” (Greenwald, 2014; p. 212), para diversos outros objetivos que não o combate ao terrorismo. Inclusive, pode-se dizer que em relação ao terrorismo, o controle estatal através da vigilância massiva não tem surtido grande efeito. Como demonstra Greenwald: “(...) o Departamento de Justiça foi incapaz de “citar um só caso em que a análise da coleta em massa de metadados pela NSA tenha de fato impedido um atentado terrorista iminente”” (Greenwald, 2014; p. 214). Inclusive mostra o contrário:

O sistema “coletar tudo” não fez nada para detectar, muito menos desbaratar, o atentado a bomba de 2012 durante a Maratona de Boston. Tampouco detectou a tentativa de bombardeio de um avião que sobrevoava Detroit no Natal, ou o plano para bombardear a Times Square, ou ainda o complô para atacar a rede de metrô da cidade de Nova York – todos esses incidentes foram evitados graças a alertas de passantes ou à ação das forças de polícia tradicionais (Greenwald, 2014; p. 215).

Isso leva à conclusão que, na sociedade atual, da mesma forma que pensou Orwell, os sistemas de vigilância têm pouca utilidade prática na questão da segurança e são de enorme valor quando se trata de manter a população sob controle.

6. Admirável Mundo Novo

Em seguida, serão apresentados os principais pontos do conteúdo de cada um dos dois livros ficcionais utilizados para realizar a pesquisa, incluindo as contribuições que eles trouxeram à discussão. A apresentação dessas ideias inicia-se pelo livro *Admirável Mundo Novo*.

A sociedade no *Admirável Mundo Novo* se organiza de acordo com um sistema de castas bem estruturado, em que os cidadãos são classificados desde Alfas, sendo esses o topo da sociedade, inclusive com a subdivisão de Alfa-mais e Alfa-menos, até os Ípsilons, setor mais baixo do sistema de castas proposto. Esse sistema funciona desde o nascimento das crianças e não é somente relacionado à questão financeira, mas principalmente a uma questão biológica. Alfas, Betas, Gamas, Deltas e Ípsilons são totalmente diferentes entre si desde que são gerados.

Para organizar esse sistema de castas, Huxley apresenta a primeira ideia revolucionária de seu livro, a forma de reprodução humana que ele propõe para sua sociedade. Como mostra Huxley, através de uma fala do Diretor de Incubação, “Decantamos nossos bebês sob a forma de seres vivos socializados, sob a forma de Alfas ou Ípsilons, de futuros carregadores, ou de futuros (...) Diretores de Incubação” (Huxley, 2014; p. 33). Isso significa que humanidade já não se reproduz mais através de parto natural, exceto aqueles que não estão socializados, chamados de “selvagens”, que residem em um local chamado Reserva. Em seguida, Huxley demonstra como é feita a diferenciação: “Nada como a escassez de oxigênio para manter um embrião abaixo do normal” (Huxley, 2014; p. 33), e, portanto: “Quanto mais baixa é a casta (...) menos oxigênio se dá” (Huxley, 2014; p. 33). Segundo a proposta de Huxley: “O primeiro órgão afetado era o cérebro. Em seguida, o esqueleto” (Huxley, 2014; p. 34), “Mas nos Ípsilons (...) nós não precisamos de inteligência humana” (Huxley; 2014. p. 34). Todo processo é feito em laboratório, criando uma reprodução em massa, como demonstra Huxley:

Um ovo, um embrião um adulto - é o normal. Mas um ovo bokanovskizado tem a propriedade de germinar, proliferar, dividir-se: de oito a noventa e seis germes, e cada um destes se tornará um embrião perfeitamente formado, e cada embrião, um adulto completo. Assim se consegue fazer crescer noventa e seis seres humanos em lugar de um só, como no passado. Progresso (Huxley, 2014; p. 24).

Esse processo tem duração aproximada de nove meses, assim como demonstra Huxley:

Duzentos e sessenta e sete dias, à razão de oito metros por dia. Dois mil, cento e trinta e seis metros ao todo. Uma volta ao nível do solo, mais uma na primeira galeria, a metade de outra na segunda, e na ducentésima sexagésima sétima manhã, a luz do dia na Sala de

Decantação. Daí em diante, a existência independente – ou assim chamada (Huxley, 2014; p. 31).

É interessante perceber a influência que as ideias sobre reprodução de Huxley exercem no trabalho de George Orwell. Em 1984 a reprodução natural ainda era utilizada e não havia mudanças significativas em relação aos métodos, porém Orwell comenta que: “O único propósito reconhecido do casamento era gerar filhos para servir ao Partido. A relação sexual devia ser encarada como uma operaçãozinha ligeiramente repulsiva, uma espécie de lavagem intestinal” (Orwell, 2009; p. 84), para em seguida colocar uma proposta influenciada pelo método de Huxley: “Havia inclusive organizações que defendiam o celibato absoluto para ambos os sexos. Todas as crianças seriam geradas por inseminação artificial (*semart*, em Novafala) e criadas por instituições públicas” (Orwell, 2009; p. 84). Diferentemente da Oceânia de Orwell, que visava extinguir o desejo sexual, Huxley propunha uma sociedade que incentivava abertamente o sexo com a maior quantidade possível de pessoas, com a intenção de extinguir os laços afetivos dessa relação.

Ainda sobre a proposta de reprodução fora do corpo humano de Huxley, com um sistema de incubação funcionando como recipiente para o feto, a revista *Superinteressante* fez uma matéria, assinada por Carolina Canossa, que contém algumas informações importantes sobre o desenvolvimento do assunto. Inicialmente, a matéria lista 7 obstáculos que a tecnologia dos úteros artificiais enfrenta hoje, para em seguida fazer uma linha do tempo do desenvolvimento do útero artificial até agora. Nessa linha do tempo, a proposta de Huxley é a terceira na ordem cronológica, sendo precedida apenas por um caso em 1878 em que, segundo Canossa:

“A pedido do obstetra Stephane Tarnier, um funcionário do Zoológico de Paris bola uma espécie de chocadeira “para humanos”. Grosso modo, a incubadora é uma caixa de acrílico que fornece altas doses de oxigênio, medicamentos e nutrição à criança.” (Canossa; 2018).

E outro caso, em 1924, em que “O cientista e pensador britânico J.B.S. Haldane cunha o termo ectogênese e prevê que em 2074 somente 30% dos nascimentos se dariam da maneira convencional” (Canossa, 2018). Se considerarmos que Huxley pode ter se inspirado em outros autores ou acontecimentos para conceber sua teoria, provavelmente essas serão as referências. Em seguida, aparece a contribuição de Huxley, para que na sequência se estabeleça

uma série de evoluções científicas nesses termos. As mais relevantes serão rapidamente comentadas a seguir.

Em 1978, nasce na Inglaterra a primeira criança de laboratório, fecundada sem a necessidade de qualquer relação sexual, chamada Louise Brown. Em 1988, o “Chefe da área de ginecologia e obstetrícia da Universidade de Jutendo, em Tóquio, Yoshinori Kuwabara manteve o feto de uma cabra vivo em um útero artificial, inicialmente por dez dias, depois por três semanas” (Canossa; 2018). No ano de 2003, a médica Helen Hung, da Universidade de Cornell (EUA): “(...) consegue o crescimento quase completo de um embrião de rato usando tecido endometrial em um útero artificial construído com bioengenharia” (Canossa; 2018). Oito anos depois, em 2013, como mostra Canossa:

A mesma Helen Hung e sua equipe mantêm vivo um embrião humano fora do útero durante dez dias, usando uma tecnologia parecida com a utilizada em 2003. A marca de dez dias, inédita, foi possível porque a legislação permite o desenvolvimento de fetos em laboratório por até 14 dias (Canossa; 2018).

Por fim, em 2016: “Cientistas da Universidade de Cambridge divulgam que aumentaram a marca do desenvolvimento de um embrião fora do corpo da mãe para até os 13 dias – eles só não foram além por causa do limite permitido pela legislação” (Canossa; 2018). Como podemos ver pela reportagem da revista *Superinteressante*, desde a proposta de Huxley, a ciência já evoluiu significativamente na mesma direção. É cada vez mais próxima a possibilidade de seres humanos serem gerados sem a necessidade de um útero materno. A data ainda é imprecisa, mas os indícios de que a reprodução totalmente artificial será uma realidade em breve são fortes. Além de desenvolver um conceito para o nascimento de seres humanos, Huxley também desenvolve uma ideia inovadora quanto à morte. Nos crematórios de sua civilização, existiam filtros recuperadores de fósforo. Segundo Huxley: “Hoje, recuperam-se mais de noventa e oito por cento. Mais de um quilo e meio por corpo de adulto” (Huxley, 2014; p. 98). Esse processo tinha uma intenção que o autor explica em seguida, com o comentário de um dos personagens: “É muito bom pensar que podemos continuar sendo socialmente úteis mesmo depois de mortos. Fazendo crescerem as plantas” (Huxley, 2014; p. 99). Nesse sentido, a contribuição não é tão ampla porque o tema não é aprofundado, com apenas essa informação inicial sobre

o assunto. A relação que pode ser feita com a atualidade é o projeto de uma empresa italiana, como pode ser verificado na matéria on-line da revista *Veja*, assinada por Mariana Barros. A matéria fala sobre a invenção dos designers italianos Anna Citelli e Raoul Brezel. Segundo Barros: “A dupla criou uma cápsula biodegradável em forma de ovo para que ali sejam depositados restos mortais humanos” (Barros; 2017), e que “a cápsula será plantada no solo envolta nas raízes de uma muda de árvore, cuja espécie será selecionada por cada um ainda em vida” (Barros, 2017). Depois de citar algumas restrições, como legais, religiosas, e em relação à manutenção dos espaços, Barros considera: “Tudo isso (...) faz com que o Capsula Mundi não passe de um protótipo. E provavelmente não passará disso, já que embute sérias questões práticas” (Barros; 2017). Porém, de acordo com o site da empresa Capsula Mundi¹, as urnas utilizadas para guardar cinzas após a cremação já estão à venda, com entrega para o mundo inteiro, prevista para 7 dias. No próprio site da empresa é disponibilizado um guia passo-a-passo para que a família realize o processo de enterro e plantio da urna. O projeto da dupla italiana de ter florestas sagradas no lugar de cemitérios, com os restos mortais servindo de base para cada uma das árvores, ainda está distante da realidade. No entanto, individualmente, e somente em casos em que a pessoa foi cremada, a prática já é possível.

Quando, anteriormente, em uma citação, Orwell se refere à criação por meio de instituições públicas, também é possível perceber que existe inspiração em outro dos conceitos-chave de *Admirável Mundo Novo*. Esse conceito é o de condicionamento, que será explicado a seguir.

O condicionamento é o conceito que Huxley propõe para explicar como é feita a educação das crianças pelo Estado. O maior motivo para a existência do condicionamento é que a sociedade projetada no livro se baseia na estabilidade e possui um sistema de castas bem definido. O condicionamento é utilizado para garantir a manutenção desse sistema de castas intacto, auxiliando a já existente diferença na geração daquelas pessoas enquanto fetos. Sobre a estabilidade, Huxley escreve: “(...) temos de pensar na nossa estabilidade. Não queremos mudar. Toda mudança é uma ameaça à estabilidade.” (Huxley, 2014; p. 269). E ainda que “(...) a instabilidade é o fim das civilizações” (Huxley, 2014; p. 283). Para compreendermos

¹ www.capsulamundi.it

melhor a real função do condicionamento, é necessário entender como Huxley pensava que seria a forma ideal para controlar os cidadãos. Como foi visto em uma citação anteriormente, no capítulo “Contexto Ideológico”, Huxley considerava que a busca pela felicidade seria o tema central dos totalitarismos modernos e que essa felicidade, em resumo, era o amor à servidão.

Em seguida, Huxley lista uma série de descobertas e invenções necessárias para atingir esse ponto. Primeiramente, o autor considera que deva existir “(...) uma técnica de sugestão consideravelmente aperfeiçoada - pelo condicionamento infantil e, mais tarde, com o auxílio de drogas (...)” (Huxley, 2014; p. 16). Em seguida, sugere que seja necessária: “(...) uma ciência das diferenças humanas completamente desenvolvida, que permita aos administradores encaminhar qualquer indivíduo ao seu devido lugar na hierarquia social e econômica” (Huxley 2014; p. 16). A terceira medida é a criação de “um substituto para o álcool e os outros narcóticos, que seja ao mesmo tempo menos nocivo e mais prazeroso que o gim ou a heroína” (Huxley 2014; p. 16). E por último, Huxley considera que seja preciso “um sistema infalível de eugenia, destinado a padronizar o produto humano, facilitando assim a tarefa dos administradores” (Huxley, 2014; p. 16). Essa cadeia de situações iniciadas pelo condicionamento é o que possibilita que exista uma sociedade homogênea e estável. E exatamente essa estabilidade é o que garantiria a felicidade da população, apoiada no condicionamento, como podemos ver a seguir: “Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar”. (Huxley, 2014; p. 36). Em 1984 também é discutido o tema do condicionamento, mesmo que sem entrar em muitos detalhes, como pode ser visto a seguir, com referência a crianças doutrinadas desde cedo com os ideais do Partido, se transformando em adoradores do Partido, como coloca Orwell:

Quase todas as crianças eram horríveis atualmente. O pior de tudo era que, por meio de organizações como a dos Espiões, elas eram transformadas em selvagens incontroláveis de maneira sistemática - e nem assim mostravam a menor inclinação para rebelar-se contra a disciplina do Partido. Pelo contrário, adoravam o Partido e tudo que se relacionasse a ele (Orwell, 2009; p. 36).

Também é possível encontrar referências ao condicionamento em *Sem Lugar para se Esconder*, porém não no desenvolvimento da personalidade dos cidadãos desde crianças, mas através da vigilância, como mostra Greenwald:

Quando o governo observa tudo o que as pessoas estão fazendo, o simples fato de organizar movimentos dissidentes é dificultado. Mas a vigilância em massa também elimina a dissidência em um lugar mais profundo e mais importante: na mente, que o indivíduo treina para pensar apenas de acordo com o que é esperado e exigido dele (Greenwald, 2014, p. 190).

Um pouco à frente, é demonstrado na prática como é possível que a vigilância elimine a dissidência. Greenwald mostra, falando sobre o programa COINTELPRO, utilizado pelo FBI que: “Um memorando-chave do programa explicava que era possível semear a “paranoia” entre os ativistas antiguerra fazendo-os acreditar que “por trás de toda caixa de correio havia um agente do FBI”” (Greenwald, 2014; p. 196). Em outro contexto, há mais um exemplo. Glenn Greenwald se refere ao documentário *1971*, feito em 2013, que mostra como o:

FBI de Hoover “tomou conta” do movimento em prol dos direitos civis com vigilância e agentes infiltrados, pessoas que iam às reuniões para depois relatar o que haviam presenciado. Esse monitoramento prejudicava a capacidade de organização e expansão do movimento (Greenwald, 2014; p. 196).

E que “(...) a mera existência da vigilância estatal, fosse usada como fosse, sufoca a capacidade de dissidência” (Greenwald, 2014; p. 197), portanto, “(...) os dissidentes, sempre convencidos de estarem sendo vigiados, ficariam amedrontados a ponto de não exercer o ativismo” (Greenwald, 2014; p. 196) Com essas informações, tornadas públicas com o auxílio de Edward Snowden, podemos ver que apesar do condicionamento não ter atingido sua forma plena, já existem algumas tentativas de estabelecer a prática em contextos específicos para atingir determinados fins.

Um exemplo de como funciona e qual a finalidade do condicionamento na sociedade do *Admirável Mundo Novo* pode ser visto na seguinte frase de Huxley:

Nós condicionamos as massas a detestarem o campo (...), mas, simultaneamente, as condicionamos a adorarem todos os esportes ao ar livre. Ao mesmo tempo, providenciamos para que todos os esportes

ao ar livre exijam o emprego de aparelhos complicados. De modo que elas consumam artigos manufaturados, assim como transporte (Huxley, 2014; p. 43).

Dentro do condicionamento, existe um outro conceito inovador de Huxley, a hipnopedia. O condicionamento durante o sono é uma das principais formas de condicionamento utilizados na sociedade do *Admirável Mundo Novo*. Depois de um acontecimento por acaso com uma criança, segundo Huxley “O princípio do ensino durante o sono, ou hipnopedia, estava descoberto” (Huxley, 2014; p. 45). Ao ser descoberto, começaram a acontecer algumas pesquisas, em que os “primeiros experimentadores (...) seguiram um caminho errado. Acreditavam que se podia fazer da hipnopedia um instrumento de educação intelectual...” (Huxley, 2014; p. 45), mas “Não se pode aprender uma ciência sem saber do que se trata” (Huxley, 2014; p. 46). A solução para esse fracasso é explicada por Huxley em seguida: “Ao passo que, se ao menos tivessem começado pela educação *moral*... (...) A educação moral, que não deve nunca, em circunstância alguma, ser racional” (Huxley, 2014; p. 47). O autor demonstra como é feito o condicionamento moral através da hipnopedia, de acordo com o sistema de castas da sociedade, com uma mensagem que é passada para integrantes da classe Beta, durante sua fase de condicionamento:

As crianças Alfas vestem roupas cinzentas. Elas trabalham muito mais do que nós porque são formidavelmente inteligentes. Francamente, estou contentíssimo de ser um Beta, porque não trabalho tanto. E, além disso, somos muito superiores aos Gamas e aos Deltas. Os Gamas são estúpidos. Eles se vestem de verde e as crianças Deltas se vestem de cáqui. Oh, não, não quero brincar com crianças Deltas. E os Ípsilons são ainda piores (Huxley, 2014; p. 48).

É interessante que a frase repetida incansáveis vezes para as crianças na sociedade de *Admirável Mundo Novo* traça um paralelo com o sistema educacional da sociedade inglesa, e conseqüentemente, não só com a educação de Huxley, mas também com a educação que George Orwell recebeu, pois mesmo que em períodos diferentes, ambos estudaram na mesma instituição. Como vimos anteriormente, quando jovem, Orwell teve origem na classe média baixa, porém conseguiu uma bolsa de estudos em um dos colégios mais caros da Inglaterra, onde também estudara Huxley, o Eton College, situado a apenas uma milha do Castelo de Windsor, residência da família real britânica, no qual, segundo o Wikipedia, em artigo que foi

atualizado pela última vez em 25 de agosto de 2018: “Tem uma longa lista de alunos e ex-alunos famosos, incluindo dezenove ex-primeiro-ministros britânicos, os dois atuais príncipes do Reino Unido, o herdeiro do trono britânico, príncipe William e o seu irmão príncipe Harry”. Na escola, sendo uma das mais caras de toda a Inglaterra, a maioria dos alunos era da classe alta, porém não da classe dominante às quais pertenciam os príncipes e a família real. Pode-se fazer uma reflexão em que os Alfas seriam a família real britânica, com os herdeiros sendo Alfas-mais. Os Betas seriam as classes mais favorecidas e que ocupam os melhores postos fora da alta hierarquia, provavelmente onde Huxley se situa, pelas conexões que sua família tinha na elite intelectual. Enquanto Orwell seria pertencente de alguma das classes intermediárias como Gammas ou Deltas.

Logo à frente na história, Huxley fala sobre como a mensagem é fixada na cabeça das crianças: “Eles ouvirão isso repetido mais quarenta ou cinquenta vezes antes de acordarem; depois, outra vez na quinta-feira, e novamente no sábado. Cento e vinte vezes, três vezes por semana, durante trinta meses. Depois disso, passarão a uma lição mais adiantada” (Huxley, 2014; p. 48). Então, explica por que as palavras são tão importantes para o condicionamento:

(...) o condicionamento sem palavras é grosseiro e genérico; é incapaz de fazer apreender as distinções mais sutis, de inculcar as formas de comportamento mais complexas. Para isso é preciso palavras, mas palavras sem explicação racional. Em suma, a hipnopédia.

- A maior força moralizadora e socializante de todos os tempos (Huxley, 2014; p. 49).

Sobre a questão das repetições, Huxley comenta que: “Sessenta e duas mil repetições fazem uma verdade” (Huxley, 2014; p. 69). Orwell, no seu contexto, fala algo parecido: “(...) se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história -, a mentira tornava-se história e virava verdade” (Orwell, 2009, p. 47), e, portanto, “No fim, o Partido haveria de anunciar que dois mais dois são cinco, e você seria obrigado a acreditar.” (Orwell, 2009, p. 100). Com essas afirmações Orwell demonstra que o seu Estado distópico também utiliza o condicionamento, porém diferentemente do estado de Huxley, esse condicionamento é feito através da força e da coação, se impondo por meio do terror,

ao invés do condicionamento infantil e científico, com fins de que aqueles cidadãos sejam felizes e, portanto, não se oponham ao governo.

Huxley também explica as motivações desse condicionamento em um exemplo bem didático. Quando perguntado pelo Selvagem sobre por qual motivo, já que possuem a capacidade de determinar antes do nascimento qual será a capacidade intelectual e física de cada cidadão, o governo não cria todos os novos cidadãos na mais alta classe da hierarquia, o Diretor de Incubação responde:

Porque não temos nenhuma vontade que nos cortem a cabeça (...) nós acreditamos na felicidade e estabilidade. Uma sociedade composta de Alfas não poderia deixar de ser instável e infeliz. Imagine uma usina cujo pessoal fosse constituído por Alfas, isto é, por indivíduos distintos, sem relações de parentesco, com boa hereditariedade e condicionados de modo a tornarem-se capazes (dentro de certos limites) de fazerem livremente uma escolha e de assumirem responsabilidades. (Huxley, 2014; p. 266-267)

Para então completar que: “Os Alfas podem ser completamente socializados, mas com a condição de que lhes dê um trabalho de Alfa. Somente a um Ípsilon pode pedir que faça sacrifícios de Ípsilon, pela simples razão de que, para ele, não são sacrifícios” (Huxley, 2014; p. 267). Se fizermos um paralelo com os acontecimentos do mundo real, podemos chegar à conclusão de que Huxley propõe a criação de uma casta de seres humanos naturalmente superior e destinada a ser a classe dominante do mundo. Essa classe de Alfas que Huxley propõe pode ser considerada uma analogia aos arianos, considerados durante o regime nazista a classe de seres humanos teoricamente ideais, mas concebidos anteriormente, por Gobineau. Falando sobre esse assunto, se utilizando de um pensamento de Gobineau, Hannah Arendt escreve

O que Gobineau procurou na política foi a definição e a criação de uma “elite” que substituísse a aristocracia. Em lugar de príncipes, propunha uma “raça de príncipes”, os arianos (...) O conceito de raça tornava possível organizar as “personalidades inatas” do romantismo alemão e defini-las como membros de uma aristocracia natural, destinada a dominar todos os outros (Arendt, 2013; p. 252).

Hannah Arendt também dá informações sobre quem seriam esses arianos e quais seriam seus representantes com o potencial sucesso da eugenia proposta no governo nazista:

Os nazistas não achavam que os alemães fossem uma raça superior, à qual pertenciam, mas sim que deviam ser comandados, como todas as outras nações, por uma raça superior que somente agora estava nascendo. A aurora dessa nova raça não eram os alemães, mas a SS. O “império mundial germânico”, como disse Himmler, ou o império mundial “ariano”, como teria preferido Hitler, só viria dali a séculos (Arendt, 2013; p. 550).

E, por fim, completa com uma informação curiosa a respeito da tentativa de criação de uma “raça” de ser humano superior com pressupostos genéticos, a de que os candidatos da SS, polícia especial nazista, e como colocado acima, a base para a criação da raça ariana, eram aceitos ou não apenas com base em seus traços físicos.

Na Alemanha nazista, duvidar da validade do racismo e do antissemitismo, quando nada importava senão a origem racial, quando uma carreira dependia de uma fisionomia “ariana” (Himmler costumava selecionar os candidatos à SS por fotografias) e a quantidade de comida que cabia a uma pessoa dependia do número dos seus avós judeus, era como colocar em dúvida a própria existência do mundo (Arendt, 2013; p. 498).

Huxley em seguida propõe que cada ser humano seja condicionado desde seu nascimento para formar uma sociedade harmonizada socialmente onde cada um seja feliz com a situação em que nasceu, sem a menor intenção de mudar de posição dentro do sistema de castas pelo simples fato de que aquilo é, de fato, a felicidade para eles. Essa estrutura social se daria, segundo Huxley de uma forma na qual: “A população ótima (...) obedece ao modelo do iceberg, oito nonas partes abaixo da linha de flutuação e uma nona parte acima delas” (Huxley, 2014; p. 268). Orwell também classifica a divisão da sua sociedade, de forma não muito diferente, como pode ser observado a seguir:

Abaixo do Grande Irmão está o Núcleo do Partido, com efetivos limitados a (...) pouco menos de dois por cento da população da Oceânia. Abaixo do Núcleo do Partido vem o Partido Exterior, que, se o Núcleo do Partido é descrito como o cérebro do Estado, poderia ser adequadamente visto como as mãos do Estado. Abaixo estão as

massas ignaras que habitualmente denominamos “os proletas”, totalizando cerca de oitenta e cinco por cento da população (Orwell, 2009; p. 245).

Em relação à hipnopediá, forma de aprendizagem durante o sono proposta em *Admirável Mundo Novo*, também já existem alguns tipos de avanço no campo de pesquisas científicas, apesar de as evidências ainda serem inconclusivas e os indícios apontarem que não somos capazes de aprender conteúdos enquanto dormimos. Dois exemplos de pesquisas em relação à aprendizagem durante o sono serão expostos a seguir. A primeira, como mostra uma matéria do site Hypescience, pesquisadores da Universidade Northwestern (EUA) fizeram um estudo com músicos aprendendo uma melodia específica que se repetiu diversas vezes enquanto eles dormiam. A segunda, de acordo com uma matéria no site Uol Educação, mostra como pesquisadores das universidades suíças de Zurique e Fribourg fizeram um estudo para que pessoas aprendessem uma nova língua através do sono. Novamente, uma ideia originária de uma obra de Aldous Huxley dá sinais de que a ciência evoluiu ou está evoluindo nesse sentido. Se considerarmos que Huxley estava certo de que o condicionamento através da hipnopediá não pode oferecer benefícios em questão de educação intelectual e, sim, de educação moral, e que os primeiros pesquisadores tentariam, mesmo que fracassassem, fazer uma educação intelectual durante o sono antes de partirem para a educação moral, poderemos deduzir que estamos passando pela primeira fase de pesquisas e ainda estamos em algum ponto anterior a essa transformação de objetivos.

Terminando a análise da obra de Aldous Huxley, pode-se afirmar que o autor colocou em seu livro diversas situações inovadoras ou que estavam apenas em alguma espécie de projeto inicial e que elas continuaram sua existência após a obra do autor, influenciando avanços científicos e guiando os rumos da evolução da tecnologia por décadas. O *Admirável Mundo Novo* retrata uma sociedade onde a principal preocupação governamental é deixar a população em eterno estado de felicidade para que assim ela não pudesse se revoltar contra as formas que a sociedade está sendo conduzida. Com um sistema de castas inviolável, Huxley propõe que as pessoas sejam destinadas socialmente desde seu nascimento e não desenvolvam nenhuma ambição de fazer alguma transição dentro das castas. O conceito da família é abolido, com todos os cidadãos sendo criados por um programa

estatal que os condiciona a aceitarem a visão de mundo dominante, e com o desenvolvimento de uma cultura sexual em que todos os cidadãos pertencem a todos, e, portanto, não existem ligações afetivas intensas, que, segundo a visão do autor prejudicariam no projeto de controle do Estado. O principal ponto crítico do texto se dá quando um cidadão que teoricamente deveria ter nascido na civilização e recebido o mesmo tipo de condicionamento que o resto da sociedade recebe, na verdade nasce em uma Reserva de Selvagens e tem toda a sua educação realizada lá dentro, até atingir a maturidade. Quando o Selvagem, chamado John, finalmente consegue ir para o mundo civilizado, pensa que vai se sentir, enfim, parte do todo, pois por ser diferente, sempre foi tratado como “estrangeiro” dentro da Reserva.

O Selvagem então começa a conhecer a sociedade civilizada do Mundo Novo e depois de um encanto imediato com toda a tecnologia e as facilidades daquele mundo, bem como admiração pelas mulheres, começa a perceber o real funcionamento daquela estrutura, pois durante sua criação não fora condicionado a ponto de aceitar aquilo como uma verdade absoluta. John se decepciona com a futilidade daquele mundo, tenta inutilmente revelar àquelas pessoas que estavam sendo controladas e manipuladas pelas forças estatais, mas devido à força do condicionamento imposto, todas as suas tentativas fracassam. Em seguida, o Selvagem decide ir para um isolamento voluntário e viver fora da sociedade para alcançar sua paz interior. No entanto, os acontecimentos fogem do controle do personagem que por fim, tomado pelo desgosto, decide pôr um fim em sua existência como única solução que encontra. Assim se encerra a obra de Huxley, que com a força de um pensamento visionário, concebeu uma sociedade plenamente desenvolvida industrial e economicamente, assim como em relação a lazer e felicidade, mas que em seu âmago carrega profundas injustiças sociais e produz uma massa de indivíduos completamente submissos que leva, por fim, os cidadãos que conseguem adquirir pensamento independente, a buscarem o isolamento, ou a simplesmente não suportarem mais viver em um mundo assim.

7. 1984

A distopia de George Orwell também oferece uma série de conceitos inovadores, principalmente, em termos políticos, de controle social e de vigilância estatal. Diferentemente de Huxley, que propõe uma sociedade altamente desenvolvida em termos de tecnologia e, portanto, elabora inovações nesse sentido, o tema principal de *1984* é o controle de um governo extremamente opressivo sobre sua população. Com tecnologias que se desenvolveram apenas para aumentar a capacidade de vigilância e de manipulação das massas, o teor revolucionário dos planos de Orwell acontece muito mais na esfera psicológica da humanidade, com uma visão impactante sobre o quão dominante pode ser a repressão de um Estado, atingindo as camadas mais profundas do ser humano através de um domínio à base de terror, além de utilizar-se, em casos de dissidência, de violência física e tortura como métodos corriqueiros. Abaixo estarão os principais conceitos, bem como suas ligações com as outras obras analisadas nessa pesquisa.

Logo no início pode ser percebido um dos conceitos de Orwell, contendo uma crítica implícita ao coletivismo. Na Oceânia - local onde se passa a distopia de *1984* - não existe propriedade privada e todos os edifícios são construídos e mantidos através do governo, que controla o monopólio sob o nome de *Victory*, e logo no primeiro parágrafo do livro já se vê que o personagem principal reside em um local denominado "Mansões Victory". Logo em seguida Orwell apresenta o Gim Victory e os Cigarros Victory, demonstrando que também os produtos são todos fabricados em um monopólio estatal. Com essas informações logo no começo de sua narrativa, o autor já coloca de forma explícita que o governo da Oceânia controla plenamente aquilo que os membros do Partido – a parcela da população que realmente importa na sociedade – consomem, onde eles moram e, portanto, limitam suas opções ao que o Estado oferece. Essa posição está de acordo com as posições de George Orwell, que sempre se mostrou favorável à liberdade em seu mais amplo sentido.

O próximo conceito a ser abordado na distopia de Orwell é a criação da Polícia das Ideias, uma polícia dedicada exclusivamente para prender dissidentes, que oferece mais risco à população normal do que as forças policiais tradicionais, como a patrulha. Orwell conceitua, através do livro de Emmanuel Goldstein, que:

As massas só podem desfrutar de liberdade intelectual porque carecem de intelecto. Num membro do Partido, porém, o menor desvio de opinião sobre o mais insignificante dos assuntos é intolerável.

Os membros do Partido passam a vida, do nascimento à morte, sob o controle da Polícia das Ideias. Mesmo quando sozinhos, nunca podem ter certeza de que estão a sós (Orwell, 2009; p. 248).

Na primeira parte, pode-se perceber uma semelhança com a ideia de Huxley de que os Ípsilons - casta mais baixa da sociedade de *Admirável Mundo Novo* - não precisam ter capacidade intelectual, assim como as massas, ou “proletas”, de 1984. Também é possível entrar na discussão sobre o controle da dissidência através de um setor especial da polícia, voltado majoritariamente para esse objetivo a fim de instaurar um controle social pleno. No capítulo sobre vigilância dessa pesquisa existem algumas informações retiradas do livro *Sem Lugar para se Esconder*, de Glenn Greenwald, que servem para confirmar a existência de um sistema de vigilância com essa finalidade. Orwell também cita, em outro momento, a eliminação da dissidência na Oceânia “Na prática, os proletários não têm autorização para entrar no Partido. Os mais brilhantes, que talvez se tornassem núcleos de descontentamento, são simplesmente identificados pela Polícia das Ideias e depois eliminados” (Orwell, 2009; p. 246). Quanto ao fim dos dissidentes capturados pela Polícia das Ideias, Orwell escreve: “Não vai sobrar nada de você: nem seu nome no livro de registros, nem sua memória num cérebro vivo. Será aniquilado no passado e no futuro. Nunca terá existido” (Orwell, 2009; p. 298).

Também sobre a necessidade de eliminar a dissidência, Giorgio Agamben conta que, ao tomar o poder: “Hitler promulgou, no dia 28 de fevereiro, o *Decreto para a proteção do povo e do Estado*, que suspendia os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais” (Agamben, 2004; p. 12). Através desse decreto e de seu sistema totalitário moderno, o Terceiro Reich pôde criar um sistema que permite a “(...) eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam (...) intragáveis ao sistema político.” (Agamben, 2004; p. 13). E Hannah Arendt explica a necessidade de eliminar qualquer tipo de dissidência:

(...) o terror, tanto na Rússia soviética como na Alemanha nazista, aumentou na razão inversa da existência de oposição política interna,

demonstrando que a oposição política, ao invés de fornecer o pretexto do terror, foi o último impedimento para que este alcançasse a fúria total (Arendt, 2013, p. 532).

Sobre a utilização mais importante ser a da polícia especial e não as forças tradicionais, Arendt escreve que: “(...) é evidente que os que veem toda a terra como seu futuro território darão destaque ao órgão de violência doméstica com as medidas e o pessoal da polícia, e não com o Exército” (Arendt, 2013, p. 428), e que os nazistas chegaram a usar a SS “para governar e até conquistar territórios estrangeiros, visando ulteriormente a uma fusão do exército com a polícia sob a liderança da SS” (Arendt, 2013; p. 428).

Outra relação rápida que pode ser feita entre as ideias de Orwell e os fatos dos sistemas totalitários é sobre as expressões faciais. Como Orwell escreve, “Winston (...) Compusera a própria fisionomia de modo a ostentar a expressão de tranquilo otimismo que convinha ter no rosto sempre que se encarasse a teletela” (Orwell, 2009; p. 15). Hannah Arendt também dá sua contribuição nesse tema, colocando que:

(...) Hitler, já em 1929, via a “grandeza” do movimento no fato de que 60 mil homens “pareciam quase uma só unidade, que realmente esses membros são uniformes não apenas nas ideias, mas até a expressão facial é quase a mesma. Vejam esses olhos sorridentes, esse entusiasmo fanático, e ficarão sabendo [...] como 100 mil homens num movimento podem tornar-se um só (Arendt, 2013; p. 557).

Orwell também conceitua que, em 1984, os cidadãos “(...) não têm liberdade de escolha sobre coisa nenhuma. Por outro lado, seus atos não são regulamentados por lei nem por qualquer outro código de conduta claramente formulado. Na Oceânia não existe lei” (Orwell, 2009, p. 248). Esse é um conceito relacionado ao *Estado de Exceção*, de Giorgio Agamben, que pode ser utilizado para descrever como funcionaria essa ausência de leis.

Agamben escreve que: “Podemos então definir o estado de exceção na doutrina schmittiana como o lugar em que a oposição entre a norma e a sua realização atinge a máxima intensidade” (Agamben, 2004; p. 58). Para completar que: “Tem-se aí um campo de tensões jurídicas em que o mínimo de vigência formal coincide com o máximo de aplicação real e vice-versa” (Agamben, 2004; p. 58). Nas palavras do autor: “O estado de exceção é (...) a abertura de um espaço em que a aplicação e

norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa” (Agamben, 2004, p. 63).

A origem do estado de exceção, segundo o livro de Agamben, está no Senado Romano. Agamben escreve que:

Quando se tinha notícia de alguma situação que punha em perigo a República, o Senado emitia um *senatus consultum ultimum* por meio do qual pedia aos cônsules (...) e, em alguns casos, também aos protetores e aos tribunos da plebe, e no limite, a cada cidadão, que tomassem qualquer medida necessária para a salvação do Estado (Agamben, 2004; p. 67).

A sequência de fatos até chegar no estado de exceção é a seguinte, como coloca Agamben “Esse *senatus-consulto* tinha por base um decreto que declarava o *tumultus* (isto é, a situação de emergência em Roma, provocada por uma guerra externa, uma insurreição ou uma guerra civil) e dava lugar, habitualmente, à proclamação de um *iustitium*.” (Agamben, 2004; p. 67), que significava literalmente “interrupção, suspensão do direito” (Agamben, 2004; p. 68). O *iustitium*, segundo Agamben: “Implicava, pois, uma suspensão não apenas da administração da justiça, mas do direito enquanto tal” (Agamben, 2004; p. 68). E também que: “No *iustitium* (...) não existe criação de nenhuma nova magistratura; o poder ilimitado de que gozam de fato (...) os magistrados existentes resulta não da atribuição de um *imperium* ditatorial, mas da suspensão das leis que tolham sua ação” (Agamben, 2004; p. 74-75). Portanto, quando existe uma eliminação das leis e o poder jurídico passa a ser de responsabilidade do poder executivo, “quando o estado de exceção em que eles se ligam e se indeterminam torna-se a regra, então o sistema jurídico-político transforma-se em uma máquina letal” (Agamben, 2004; p. 131). Hannah Arendt, quando fala sobre os governos totalitários, considera que: “O desprezo pela lei foi a característica de todos esses movimentos” (Arendt, 2013; p. 340), e que: “Eles se distinguiam dos outros Estados por governarem (e não apenas explorarem) os povos por meio de uma burocracia” (Arendt, 2013, p. 340). Sobre isso, Arendt escreve que: “Legalmente, governar por meio de burocracia é governar por decreto, o que significa que a força que no governo constitucional apenas faz cumprir a lei, se torna a fonte direta de toda legislação” (Arendt, 2013, p. 340). Esse, portanto, é o conceito por trás de um estado que governa seu povo sem leis, como aquele de 1984.

Orwell inclusive fala sobre a burocracia implementada sistematicamente no governo da Oceânia. Quando se refere ao péssimo estado das residências, Orwell escreve que: “Os consertos que os moradores não conseguiam fazer sozinhos precisavam ser autorizados por comitês inacessíveis, capazes de retardar por dois anos uma singela troca de vidraça” (Orwell, 2009; p. 32). Hannah Arendt dá sua contribuição considerando que: “Foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para envolvimento futuros, e cada povo era um instrumento para futuras conquistas” (Arendt, 2013; p. 368).

Um conceito essencial para a criação de um estado totalitário é a existência de um inimigo objetivo, alguém ou alguma classe de pessoas para qual a população possa focar seu ódio. Em 1984, é mostrado dessa forma:

A programação de Dois Minutos de Ódio variava todos os dias, mas o principal personagem era sempre Goldstein. Ele era o traidor original, o primeiro conspirador da pureza do Partido. Todos os crimes subsequentes contra o Partido, todas as perfídias, sabotagens, heresias, todos os desvios eram resultado direto de sua pregação (Orwell, 2009; p. 22).

A criação ou escolha de um inimigo objetivo como foco de todo o ódio da população facilita criação de massas unificadas em um mesmo objetivo, possibilitando assim o controle da população através da propaganda. Esse inimigo objetivo no caso dos estados totalitários, especialmente o nazista, eram os judeus, como demonstra Arendt:

Não pode haver dúvida que, aos olhos da ralé, os judeus passaram a representar tudo o que era detestável. Se odiavam a sociedade, podiam denunciar o modo como os judeus eram tolerados nela; e, se odiavam o governo, podiam denunciar como os judeus haviam sido protegidos pelo Estado, ou se confundiam com ele (Arendt, 2013; p. 161).

E utilizaram esse sentimento através da propaganda, como podemos ver, segundo Arendt: “A propaganda totalitária transformou a suposição de uma conspiração mundial judaica de assunto discutível que era, em principal elemento da realidade nazista” (Arendt, 2013; p. 497) com fins de táticas de guerra, e que “o fato é que os nazistas *agiam* como se o mundo fosse dominado pelos judeus e precisasse

de uma contraconspiração para se defender” (Arendt, 2013; p. 497). De acordo com as ideias da autora: “A introdução da noção de “inimigo objetivo” é muito mais decisiva para o funcionamento dos regimes totalitários que a definição ideológica das respectivas categorias” (Arendt, 2013 p. 564-565). Glenn Greenwald também nos dá uma visão interessante sobre o assunto: “Nas últimas décadas, o temor relacionado ao terrorismo – identificado pelos constantes exageros quanto ao risco real – vem sendo explorado por líderes norte-americanos para justificar uma ampla gama de políticas extremistas” (Greenwald, 2014; p. 15). Mais à frente, no livro, Greenwald volta ao assunto contando que: “Desde os atentados do 11 de Setembro, autoridades norte-americanas utilizam por reflexo a palavra “terrorismo”. Isso é muito mais um slogan, uma tática, do que um argumento verdadeiro ou uma justificativa convincente para agir” (Greenwald, 2014, p. 214). A transmissão desse slogan constantemente para a população tem uma motivação específica, que também é explicada por Greenwald: “Desde o início da Guerra ao Terror, a população norte-americana ouviu muitas vezes que deveria abrir mão de seus direitos políticos básicos se quisesse ter qualquer esperança de evitar uma catástrofe” (Greenwald, 2014; p. 219). Com isso, fica demonstrado que, assim como anteviu Orwell, e como foi praticado tanto durante o regime totalitário dos nazistas quanto no governo dos Estados Unidos, a existência de um inimigo objetivo possibilita guiar as massas em seu ódio para aquela única pessoa ou entidade, e o medo possibilita que sejam retiradas liberdades individuais em nome da suposta guerra.

O próximo conceito a ser abordado é o controle e a manipulação do passado pelo Estado. O personagem principal, Winston, trabalha no Ministério da Verdade, em um setor responsável por fazer alterações nos documentos impressos para que o discurso do Partido esteja sempre de acordo com os acontecimentos. Como coloca Orwell: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009; p. 47). Dada essa informação, existindo a necessidade do controle do presente, na distopia de *1984*: “O passado não apenas mudava como mudava sem cessar” (Orwell, 2009; p. 99). O objetivo dessa mudança era a consolidação do Partido como dono da verdade absoluta, como podemos ver a seguir: “(...) de longe, a razão mais importante para que se reajuste o passado é a necessidade de salvaguardar a infalibilidade do Partido” (Orwell, 2009; p. 250), isso porque, como escreve Orwell:

A sociedade oceânica repousa, em última análise, na crença de que o Grande Irmão é onipotente e o Partido infalível. Mas, dado que na realidade o Grande Irmão não é onipotente e o Partido não é infalível, existe a necessidade de adotar-se o tempo todo uma flexibilidade incessante no tratamento dos fatos (Orwell, 2009; p. 250).

Em relação à mudança do passado, Hannah Arendt considera que:

(...) possibilidade de que gigantescas mentiras e monstruosas falsidades viessem a transformar-se em fatos incontestes, de que o homem pudesse ter a liberdade de mudar à vontade o seu passado, e de que a diferença entre a verdade e a mentira pudesse deixar de ser objetiva e passasse a ser apenas uma questão de poder e de esperteza, de pressão e de repetição infinita (Arendt, 2014; p. 466).

Arendt também fala sobre a infalibilidade, requisito necessário para a manutenção do poder: “A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou” (Arendt, 2013; p. 482). Isso faz com que a população confie cegamente de que as posições tomadas por seu comandante estarão sempre certas, devido ao fato de que nunca antes ele errou, pelo menos segundo a versão oficial dos acontecimentos. Hannah Arendt escreve de que forma os governos autoritários se utilizam de manipulação da verdade: “Uma vez no poder, os líderes da massa cuidam de algo que está acima de quaisquer considerações utilitárias: fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras.” (Arendt, 2013; p. 482), e reafirma em outro trecho: “Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas” (Arendt, 2013; p. 627). Isso acontece também porque, segundo Hannah Arendt “A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade” (Arendt, 2013, p. 627). Para os cidadãos, isso se reflete, segundo Hannah Arendt, na: “(...) convicção de que pode tornar-se infalível qualquer pessoa que comande os instrumentos de violência com os métodos superiores da organização totalitária” (Arendt, 2013; p. 527), como escreve a autora, que conclui seu raciocínio com a seguinte ideia: “(...) decidir o que é sucesso ou fracasso em circunstâncias totalitárias é, em grande parte, uma questão de opinião pública organizada e aterrorizada. Num mundo totalmente fictício não é preciso registrar, confessar e lembrar os fracassos” (Arendt, 2013; p. 527).

Essa ilusão de um mundo totalmente fictício a que Hannah Arendt se refere é possível através do que a autora chama de “cortina de ferro”, uma espécie de bolha que se cria ao redor de um Estado totalitário para que a população não tenha a mínima noção do que acontece no exterior e, portanto, não possua nenhum parâmetro para efeitos de comparação. A prática é retratada também em *1984*, por George Orwell: “Visto que os três superestados são inconquistáveis, cada um deles é, na realidade, um universo separado no interior do qual é seguro praticar quase todo tipo de perversão do pensamento” (Orwell, 2009; p. 235). No livro dentro do livro, que Orwell se utiliza do personagem Emmanuel Goldstein, existe outra informação sobre esse assunto: “O que se exigia de um membro do Partido era uma visão similar àquela do hebreu antigo, que, embora não soubesse muito mais que isso, sabia com certeza que, fora a sua, todas as outras nações adoravam “deuses falsos”” (Orwell, 2009; p. 354). Seguindo essa lógica: “Com toda a probabilidade, quanto menos soubesse a respeito deles, mais convicta seria sua ortodoxia” (Orwell, 2009; p. 354), e, em referência ao mundo de *1984*, o autor escreve que “De maneira semelhante, o membro do Partido saiba o que constituía uma conduta correta e, em termos extremamente vagos e gerais, sabia que tipos de desvios em relação a ele era possível” (Orwell, 2009; p. 354). Essa cortina de ferro, portanto, significa que os habitantes da comunidade controlada por um estado totalitário recebem um condicionamento tão intenso, unido ao total isolamento em relação a qualquer sociedade externa à sua, que o mundo onde elas próprias vivem pode ser transformado em uma mentira. Através da propaganda, o Estado totalitário manipula informações, mente deliberadamente e confina seus cidadãos a um mundo onde a verdade é aquilo que o governo diz, independentemente de sua relação com os fatos.

Hannah Arendt também coloca em discussão um outro tipo de blindagem que torna possível esse mundo totalmente fictício: “As organizações de vanguarda cercam os membros dos movimentos com uma parede protetora que os separa do mundo exterior normal” (Arendt, 2013; p. 501), fazendo com que os membros mais “internos” do movimento tenham contato apenas com simpatizantes, eliminando, assim, a possibilidade de qualquer contestação mais exacerbada. Por fim, a autora descreve que: “O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (...) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (...)” (Arendt, 2013; p. 632).

Para ser possível que os moradores de um Estado totalitário acreditem sem questionamentos quando ocorrem manipulações da verdade, a fim de manter o Estado infalível, Orwell propõe talvez seu conceito mais significativo, o *duplipensamento*, que aparece pela primeira vez com a seguinte afirmação: “Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade” era a designação adotada. Em Novafala: “duplipensamento”” (Orwell, 2009; p. 47). Depois, Orwell explica como o *duplipensamento* age na mente humana:

Saber e não saber, (...) defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas; recorrer à lógica para questionar a lógica; repudiar a moralidade dizendo-se um moralista, (...) esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema (Orwell, 2009; p. 48).

No primeiro posfácio de *1984*, Erich Fromm aborda o tema em duas oportunidades e mostra que na sociedade atual, praticamos o *duplipensar* sem ao menos perceber. Primeiramente, o autor mostra um exemplo interessante sobre como o *duplipensamento* existe no meio corporativo. Fromm escreve:

Se trabalho para uma grande corporação que afirma que seu produto é melhor que o dos concorrentes, questionar se essa afirmação é justificada ou não no âmbito da realidade discernível torna-se irrelevante. (...) De fato, se mudo de emprego e me transfiro para a corporação que era até agora “minha” concorrente, devo aceitar a nova verdade – de que seu produto é melhor – e, subjetivamente falando, essa verdade será tão verdadeira quanto a anterior (Fromm, 2009; p. 374).

Em seguida, Fromm comenta que essa atitude não consiste em dizer coisas que não acredita, mas sim acreditar cegamente naquilo que é colocado como versão oficial. O exemplo a seguir ilustra como o *duplipensar* age no campo ideológico das pessoas. Como considera Fromm:

(...) se ela desiste completamente de sua independência e de sua integridade, se passa a ver-se como algo pertencente ao Estado, ao Partido ou à corporação, então dois e dois são cinco, ou “Escravidão

é Liberdade”, e ela se sente livre porque não tem mais consciência da discrepância entre verdade e falsidade. Isso se aplica especificamente às ideologias (Fromm, 2009; p. 376).

No terceiro posfácio do livro, escrito por Thomas Pynchon, existe uma informação sobre o *duplipensamento* que pode ser a origem do conceito de Orwell, que o mesmo escreve em março de 1948, no início da revisão do primeiro esboço de *1984*. Segundo Pynchon, Orwell escreve que “(...) quase toda a esquerda inglesa foi levada a aceitar o regime russo como ‘socialista’, embora reconhecesse em silêncio que o espírito e a prática daquele regime eram inteiramente diferentes de tudo que significava ‘socialismo’ neste país” (Pynchon, 2009, p. 399), e continua: “Por consequência, surgiu uma espécie de modo esquizofrênico de pensar, no qual palavras como ‘democracia’ podem comportar dois significados irreconciliáveis, e coisas como campos de concentração e deportações em massa podem ser ao mesmo tempo certas e erradas.” (Pynchon 2009, p. 399).

Hannah Arendt dá um exemplo de como Mussolini utilizava o *duplipensamento*, já em sua época, dizendo ser, segundo Arendt “aristocrata e democrata, revolucionário e reacionário, proletário e antiproletário, pacifista e antipacifista” (Arendt, 2013, p. 246). Com essa afirmação se encerra a explanação sobre o conceito de *duplipensamento*, artifício essencial na obra de Orwell para explicar como acontece o controle dos cidadãos na mente, e que, como podemos ver, é um conceito que se estende ao uso em situações históricas e cotidianas.

Para finalizar a análise sobre a obra de Orwell, veremos como o autor fez a divisão de seu mundo, e faremos algumas relações com o mundo real. Na distopia de *1984*, o mundo é dividido da seguinte maneira:

A Eurásia compreende a totalidade da parte norte dos continentes europeu e asiático, de Portugal ao estreito de Bering. A Oceânia inclui as Américas, as ilhas atlânticas - inclusive as britânicas -, a Australásia e a parte sul da África. A Lestásia, menor que as outras e com uma fronteira ocidental menos definida, inclui China e os países ao sul da China, as ilhas do Japão e uma parcela grande mas flutuante da Manchúria, da Mongólia e do Tibete (Orwell, 2009; p. 221).

Relacionando essa composição com o mundo atual, temos a contribuição de uma carta de Snowden, que aparece no livro de Glenn Greenwald, na qual ele declara

que: “O governo dos Estados Unidos, principal membro dos Cinco Olhos – compostos, ainda, de Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia -, em conspiração com países clientes, impôs ao mundo um sistema de vigilância secreta e abrangente do qual não há como se esconder” (Snowden, 2014, p. 33). Greenwald depois explica, quando se refere aos documentos vazados por Snowden, que:

Grande parte dos documentos do acervo tinha a classificação *top secret*, “ultrassecreto”. Destes, a maioria estava assinalada pelo acrônimo “FVEY”, ou seja, só tinha aprovação para circular entre os quatro aliados de vigilância mais próximos da NSA, a aliança dos Cinco Olhos (*Five Eyes*), formada com os países de língua inglesa Grã-Bretanha, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (Greenwald, 2014; p. 97-98).

Para completar: o “Braço do Pentágono, a NSA é a maior agência de inteligência do mundo, e grande parte de seu trabalho de vigilância é conduzida pela aliança dos Cinco Olhos” (Greenwald, 2014; p. 102). Nessa aliança, existe uma relação muito forte que Greenwald define a seguir: “O relacionamento entre os Cinco Olhos é tão estreito que os governos dos países-membros colocam os desejos da NSA acima da privacidade de seus próprios cidadãos” (Greenwald, 2014; p. 129). Como foi demonstrado nessas citações do livro *Sem Lugar para se Esconder*, o superestado ocidental, denominado de Oceânia por Orwell, já é, na prática, algo que acontece. Inclusive, de acordo com as coordenadas que o autor dá em *1984*, a ideia de quais países pertenceriam a esse superestado está bem próxima da realidade. Excluídos o sul do continente africano e a parte latina da América, que Orwell inclui na formulação, teremos a Aliança dos Cinco Olhos, exposta por Glenn Greenwald através de Edward Snowden. Sem a mesma fundamentação teórica, mas utilizando os parâmetros que Orwell propôs, poderemos imaginar que os outros dois superestados seriam compostos por uma aliança entre os países da Europa, com exceção da Grã-Bretanha, e do Oeste da Ásia, e a outra aconteceria na parte leste do continente asiático. Se considerarmos que a zona do EURO que, atualmente, após o Brexit, passará a não incluir mais a Grã-Bretanha como uma segunda superpotência, ela seria representada pela Eurásia, enquanto a Lestásia serviria de paralelo a um possível domínio Chinês ou Russo, ou até de uma aliança entre os dois países, que estão em pleno processo de crescimento, principalmente a China na

questão econômica e a Rússia no quesito territorial, como por exemplo a anexação da Criméia, assinada em março de 2014.

Para melhor compreensão das referências que Orwell utilizou para a formação desses superestados, podemos observar, de acordo com Thomas Pynchon:

“O que realmente queremos fazer”, escreveu Orwell a seu editor no fim de 1948 - até onde sabemos, o início da fase de revisão do romance -, “é discutir as implicações da divisão do mundo em ‘zonas de influência’ (pensei a respeito disso em 1944, como um resultado da Conferência de Teerã)..”

(...) A Conferência de Teerã, realizada no fim de 1943, foi o primeiro encontro da cúpula dos aliados na Segunda Guerra Mundial, e contou com a presença de Roosevelt, Churchill e Stalin” (Pynchon, 2009; p. 402).

Apesar de Orwell não ter feito uma previsão em termos científicos, o autor conseguiu fazer uma análise das movimentações políticas no mundo de forma interessante. Não pode ser afirmado que *1984* teve qualquer influência direta na formação dessas superpotências da atualidade, mas é digno de crédito que George Orwell tenha, em 1949, deixado um alerta para as futuras gerações de que, em algum momento do futuro, existia a possibilidade de uma aliança supranacional efetivamente tomar a frente nas questões diplomáticas e políticas.

Por fim, *1984* é uma obra político-literária sobre o domínio de um estado totalitário baseada na repressão e no governo através do terror. Com condições de vida precárias e cidadãos sem qualidade nos produtos de consumo que existiam, além de escassez desses produtos, a Oceânia de George Orwell é uma advertência ao mundo sobre os perigos de um governo que pretende homogeneizar sua população e mantê-la sob pleno controle e vigilância. Os parâmetros utilizados por Orwell para a construção dessa sociedade são baseados em um estado de guerra permanente, com a população habitualmente amedrontada. É com essa concepção que o autor concebe seu mundo distópico, que embora seja um clássico literário, também pode ser considerado de grande valor político.

8. Conclusão

Chegando ao fim da pesquisa, resta uma breve reconstituição do caminho para enfim encerrarmos. Tanto *1984* quanto *Admirável Mundo Novo* são retratos de uma angústia profunda de seus autores quando pensavam em relação ao futuro. Essa angústia é refletida em seus personagens principais, dois seres deslocados socialmente, com dificuldades de se adaptar ao mundo onde vivem, que têm um espírito questionador e sentem que existe algo de errado com o sistema, mesmo que não consigam explicar exatamente. Essa angústia se expressa inclusive, nas duas obras, quando os autores comentam sobre as obras de arte, indiretamente fazendo referências ao seu trabalho. Orwell, em *1984*, quando o personagem principal vai começar a escrever seu diário, comenta sobre os pensamentos de Winston: “Como fazer para comunicar-se com o futuro? Era algo impossível por natureza. Ou bem o futuro seria semelhante ao presente e não daria ouvidos ao que ele queria lhe dizer, ou bem seria diferente e sua iniciativa não faria sentido” (Orwell, 2009; p. 18). Huxley, sobre o mesmo assunto, comenta que a sociedade do *Admirável Mundo Novo* não compreenderia *Otelo*

Porque o nosso mundo não é o mesmo mundo de Otelo. Não se pode fazer um calhambeque sem aço, e não se pode fazer uma tragédia sem instabilidade social. O mundo agora é estável. As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. (...) são condicionadas de tal modo que praticamente não podem deixar de se portar como devem. (...) Espera que os Deltas saibam o que é a liberdade! E agora quer que eles compreendam *Otelo!* Meu caro jovem! (Huxley, 2014; p. 264).

Através das angústias dos dois autores, expressas em suas obras, e guiados pelas distopias totalitárias, com auxílio de Hannah Arendt, Giorgio Agamben e Glenn Greenwald, juntamente com Edward Snowden, passamos pelos conceitos do que forma um estado totalitário, como acontecem suas principais ações em nome do controle, da vigilância e da manutenção da autoridade e algumas das motivações que levam ele a fazer isso. Também foi possível verificar que os conceitos formulados pelos dois autores em suas sociedades ficcionais contribuíram para a discussão sobre sociedade e política do mundo real e, além disso, serviram como base para algumas atitudes governamentais e avanços tecnológicos, fazendo assim valer a teoria do

político-literário e comprovando que uma obra de ficção tem capacidade de discutir temas relevantes na nossa realidade. Apesar das semelhanças, encontra-se nas duas obras uma grande diferença na forma com que os autores imaginam esses estados totalitários. Huxley faz sua advertência ao futuro com base em um estado representado pelo excesso, com a população plenamente feliz o tempo inteiro e incentivada a praticar todas as ações prazerosas possíveis, sempre que possível, o autor impõe uma ditadura da felicidade no *Admirável Mundo Novo*, com o efeito final de que aquele que observa através da cortina de ferro que protege o sistema se torna profundamente infeliz, e, portanto, um problema. Orwell, por sua vez, faz sua representação através de um governo pelo terror e pelo medo, com a repressão constante e um estado de guerra permanente sendo os principais meios de manutenção da estabilidade e do poder pelo Estado. Dentro de suas diferenças, as duas obras mostram que, apesar de inicialmente os conceitos se mostrarem como mera intuição dos autores, existe ali uma contextualização nas sociedades ficcionais, criando dentro da trama as condições para que seja possível o exercício de imaginar essas possibilidades em um hipotético sistema que se realize. Através dessa contextualização dentro da trama podemos descobrir que os conceitos tidos como visionários são na verdade um reflexo dos caminhos para os quais a sociedade já estava se direcionando, segundo cada um dos autores, colocados dentro de sociedades hipotéticas que dão margem para a criação com possibilidades ilimitadas. Ambas se encontram em uma semelhante crítica ao coletivismo, mesmo que de diferentes formas desse coletivismo.

Por esse motivo, e através de diversos posicionamentos principalmente de Hannah Arendt, fica a sensação de que atualmente o campo ideológico não é mais a questão central quando existe um debate político. Foi demonstrado que ideologias da já batida denominação direita e esquerda, independente de qual lado se posicionem, têm potencial para se tornarem um Estado totalitário pleno, como foi observado no regime da União Soviética, identificado com o comunismo, à esquerda no campo político, e com o regime nazista da Alemanha de Hitler, originário da ideologia dos setores à direita no campo político. Se ambos têm o potencial para se tornarem totalitários, a discussão deveria se alterar, ou ao menos adicionar ao conjunto político esquerda-direita, a noção de liberdade em oposição à autoridade. Atitudes potencialmente totalitárias, ou seja, aquelas que caminham mais profundamente em

um grau autoritário, são a real ameaça das liberdades individuais, sociais e econômicas de qualquer população mundial.

Nesse mesmo sentido de que dois lados podem levar ao mesmo objetivo final, podemos observar a partir de uma citação de Orwell que: “Não interessa se a guerra está de fato ocorrendo e, visto ser impossível uma vitória decisiva, não importa se a guerra vai bem ou mal. A única coisa necessária é que exista um estado de guerra” (Orwell, 2009; p. 228), para depois escrever que “O efeito seria o mesmo, em ampla medida, se os três superestados, em vez de lutar um contra o outro, concordassem em viver numa paz perpétua (...) Uma paz que fosse de fato permanente seria idêntica a uma guerra permanente” (Orwell, 2009, p. 228). Através dessas afirmações podemos ver novamente que muito mais do que a motivação, o importante é o efeito. Tanto em um estado de guerra permanente quanto em um estado de paz permanente, tanto em um estado de repressão total quando em um estado de felicidade plena, o que importa é a estabilidade permanente. A busca pela estabilidade está no cerne de qualquer governo que pretende o controle absoluto. A forma que essa estabilidade será assegurada é apenas um meio para atingir o fim.

E se Huxley estava certo de que:

Não há, por certo, nenhuma razão para que os novos totalitarismos se assemelhem aos antigos. O governo pelos cassetetes e pelotões de fuzilamento, pela carestia artificial, pelas prisões e deportações em massa, não é simplesmente desumano (ninguém se importa muito com isso hoje em dia); é, de maneira demonstrável, ineficiente – e numa época de tecnologia avançada a ineficiência é o pecado contra o Espírito Santo (Huxley, 2014; p. 14).

Então a tendência é que, visto que a história tem por hábito se renovar através de ciclos, e que esses ciclos nunca voltam exatamente ao mesmo lugar, e sim a algo próximo ou influenciado por aquilo experienciado anteriormente, estaremos caminhando para uma forma de governo estatal que vai priorizar a alienação e o controle de sua população através tanto de vigilância massiva quanto de uma oferta excessiva de bens de consumo, de opções de lazer e entretenimento, de substâncias psicoativas e da sexualidade exacerbada para manter seus cidadãos sob controle e evitar que se revoltem ou até que se preocupem por mais do que alguns minutos com o que está acontecendo na esfera governamental, o que realmente o Estado está

fazendo e como está utilizando seu poder. Mesmo assim, e independentemente se o governo decida interferir para restringir completamente a possibilidade de uso ou ação, ou para incentivar o consumo ou expressão em excesso, que aliena de forma diametralmente oposta, porém com o mesmo sucesso, a principal conclusão que fica dessa pesquisa é que o maior risco que corremos como sociedade é a intervenção de um governo com ideais totalizantes nas liberdades individuais da população, seja qual for essa interferência. E, por fim, que os Estados nunca possuíram tanta estrutura em termos de tecnologia quanto nos dias de hoje, possibilitando assim que vejamos formas de vigilância e controle social cada vez mais invasivas e inovadoras.

9. Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- BARROS, Mariana. Projeto italiano propõe transformar cemitérios em florestas. **Revista Veja**, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/projeto-italiano-propoe-transformar-cemiterios-em-florestas/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.
- CANOSSA, Carolina. É possível bebês nascerem através de úteros artificiais? **Revista Superinteressante**, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-possivel-bebes-nascerem-atraves-de-uteros-artificiais/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.
- FROMM, Erich. Posfácio. In: ORWELL, George. **1984**. Tradução Fernando Veríssimo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GREENWALD, Glenn. **Sem Lugar Para se Esconder**. Tradução Fernanda Abreu. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.
- HUXLEY, Aldous. Prefácio. In: HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.
- HUXLEY, Laura. [carta] 8 de dezembro de 1963, Los Angeles [para] HUXLEY, Julian; HUXLEY, Juliette. 7f. The Most Beautiful Death. Disponível em: <<http://www.lettersofnote.com/2010/03/most-beautiful-death.html>>. Acesso em 7 de nov. de 2018.

- LOPES, Larissa. 8 fatos sobre George Orwell, autor de 'A Revolução dos Bixos' e '1984'. **Revista Galileu**, 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2018/06/8-fatos-sobre-george-orwell-autor-de-revolucao-dos-bichos-e-1984.html>>. Acesso em 7 de nov. de 2018.
- MEDEIROS, Alexsandro M. Literatura e Política. **Sabedoria Política**, 2017. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/literatura-e-politica/>>. Acesso em: 8 de nov. de 2018.
- ORWELL, George. **Lutando na Espanha**. Tradução Helena Souza. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.
- ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner, Heloísa Jahn. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PIMLOTT, Ben. Posfácio. In: ORWELL, George, **1984**. Tradução Fernando Veríssimo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PYNCHON, Thomas. Posfácio. In: ORWELL, George, **1984**. Tradução Fernando Veríssimo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SNOWDEN, Edward. **Sem Lugar Para se Esconder**. [2014]. Entrevista concedida a Glenn Greenwald.
- STAUT, Bernardo. Como "aprender" durante o sono. **Hypescience**, 2012. Disponível em: <<https://hypescience.com/como-aprender-durante-o-sono/>>. Acesso em: 8 de nov. de 2018.
- UOL. Ouvir sons durante o sono ajuda na aprendizagem, diz estudo. **Uol Educação**, 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/07/02/ouvir-sons-durante-o-sono-ajuda-na-aprendizagem-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 9 de nov. de 2018.